

I ENCONTRO DE HISTÓRIA

Nacionalismo,
Imperialismo,
e Lutas Anticoloniais
no Século XXI

16 A 18 DE
DE NOVEMBRO DE 2022

CADERNO DE RESUMOS



DH
Departamento
de História

CCH
Colegiado do
Curso de História



PROF HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Reitor

Luiz Otávio de Magalhães

Vice-reitor

Marcos Henrique Fernandes

Pró-reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

Gleide Magali Lemos Pinheiro

Realização:

Departamento de História

Colegiado do Curso de História

Mestrado Profissional em Ensino de História

Centro Acadêmico de História

Comissão organizadora:

Ana Flávia Almeida

Cleide de Lima Chaves

Cleisson Barreto Gomes

Grayce Bonfim Souza

João Reis Novaes

Márcia Lemos

Maria Cristina Dantas Pina

Roberto Silva de Oliveira

Apoio

Centro de Referência e Documentação História

Laboratório de Ensino e Historiografia da Antiguidade e do Medievo

Laboratório de Estudos da Escravidão e das Mestiçagens

Laboratório de Estudos de Documentação Inquisitorial e Sociedade de Antigo Regime

Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História

Laboratório de Estudos Marxistas

Laboratório de História Social do Trabalho

Laboratório Transdisciplinar de Estudos da Complexidade

Núcleo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Política e Sociedade

Centro Regional de Memória e História

Grupo de Estudos de Ideologia e Luta de Classes

Laboratório de História e Estudos dos Séculos 20 e 21

Colegiado do Curso de Cinema e Audiovisual da UESB

Comissão científica:

Adilson Amorim de Sousa
Alexandre G. Carvalho
Avanete Pereira Sousa
Belarmino de Jesus Souza
Cleide de Lima Chaves
Edinalva Padre Aguiar
Grayce Mayre Bonfim Souza
Isnara Pereira Ivo
Jorgeval Andrade Borges
José Rubens Mascarenhas de Almeida
Márcia Lemos
Marcos Profeta Ribeiro
Maria Aparecida Silva de Sousa
Maria Cristina Dantas Pina
Ricardo Alexandre Santos de Sousa
Valter Guimarães Soares

Projetos de extensão

Apoio financeiro / Edital 018/22

Antigo Regime em debates: Acervos, Historiografia e Ensino de História
Cinema e História – Contemporaneidade, África e Ensino de História
Leituras da História do Brasil colonial: Arquivos, Acervos e Fontes
Laboratório de estudos e pesquisas em ensino de História
Laboratório de História Social do Trabalho

Evento:

I Encontro de História da UESB - Nacionalismos, Imperialismo e Lutas Anticoloniais no século XXI

SUMARIO

APRESENTAÇÃO	4
PROGRAMAÇÃO GERAL	6
Minicursos/oficina	7
I Seminário de Estágio Supervisionado do Curso de História	8
Simpósios Temáticos	11
Atividades culturais	12
Mostra de cinema	12
Mesas redondas	14
RESUMOS - COMUNICAÇÃO DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	16
Simpósio Temático 1	
Mundo atlântico ibérico: religião, economia, sociabilidade e ensino de história	17
Simpósio Temático 2	
Historiografia e Ensino da Antiguidade e do Medievo	25
Simpósio Temático 3	
Sertões, circularidade culturais, trajetórias e escravidão na América portuguesa do século XVI ao XIX	36
Simpósio Temático 4	
Imperialismo, Nacionalismos e lutas de classes	39
Simpósio Temático 5	
Pesquisa no campo do ensino de história: a produção do LAPEH	47
Simpósio Temático 6	
História e Marxismo	56
MAPA DAS SALAS	74

APRESENTAÇÃO

O Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia foi implementado em 1985. Ao longo dos seus 37 anos de existência, do século XX ao XXI, viveu as transformações do seu tempo. O muro de Berlim caiu, o “fim da história” foi proclamado e o giro lingüístico e a metanarrativa se exprairam pela academia. Ainda assim, as contradições inerentes as sociedades capitalistas hodiernas, cindidas em classes sociais e formadas por populações racializadas, generificadas e desterritorializadas, persistiam em assombrar o idílio do “fim da ideologia”. E lá estavam professoras, professores, alunos, alunas e técnicos-administrativos debatendo o futuro da história! Nas salas de aula, nos corredores, nas reuniões, nos encontros acadêmicos e étlicos, nas mobilizações e greves, nasceu e tomou corpo a nossa Licenciatura, nossos cursos de especialização e o Profhistória, por excelência, campos de tensão ideo-teórico e político, constituídos por sujeitos/as sociais que se posicionam diante dos projetos societários e disputam, por óbvio, o fazer histórico e historiográfico.

Para marcar e debater essa trajetória, convidamos toda a comunidade a participar do **I Encontro de História da Uesb**, que tem como tema central “**Nacionalismos, Imperialismo e Lutas Anticoloniais no século XXI**”. São três fenômenos que se articulam na atual quadra histórica, pois expressam a forma contemporânea do capital tanto quanto a organização da classe trabalhadora contra a destruição da vida e a redução de homens e mulheres a pura necessidade nos países de capitalismo dependente e periférico. O nacionalismo, nas suas matizes religiosas fundamentalistas, territoriais, étnico-raciais e de extrema direita, engendrado pela política-econômica imperialista e a reestruturação produtiva do capital, coloca em tela “o mito do trabalho asséptico, brando e tecnologizado”. As resistências, construídas pelos povos quilombolas, ribeirinhos e das matas, mulheres, populações LGBTQI+, negros e negras, movimentos estudantil e sindical, denotam o amplo espectro das lutas no século XXI e impõem o repensar da história à luz do movimento inexorável da realidade concreta.

A partir desse eixo de análise, a programação conta com Seminário de Estágio, Mesas redondas, Simpósios temáticos e Minicursos, além de lançamento de livros e performances culturais. Essas atividades são coordenadas pelos Laboratórios e Grupos de Pesquisa vinculados ao Departamento de História e apresentam o resultado do trabalho desenvolvido ao longo dos 37 anos da sua existência.

O I Encontro de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia é uma realização do Departamento e do Colegiado de História, do Profhistória e do Centro Acadêmico de História. O evento ocorrerá **na modalidade presencial**, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Vitória da Conquista, entre os dias 16 e 18 de novembro de 2022.

PROGRAMAÇÃO GERAL

Minicursos/oficina

História Indígena e do Indigenismo na Bahia : entre pesquisas, saberes e afetos

Data/Local/horário: 16 a 18 de novembro, Auditório Mód. IV, 10 às 12

Ministrantes:

- **Renata Ferreira de Oliveira** - Professora de História do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Mestre em História e Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da UFBA
- **Karine Silva Porto** - Professora do Ensino Médio dos Colégios Oficina, Paulo VI e Juvêncio. Bacharel em Museologia, Licenciada em História e Mestranda em Educação pela UESB

Cinema, História da África e Ensino de História: problematizações teóricas e pedagógicas

Data/Local/horário: 16 a 18 de novembro, Auditório I Luizão, 10 às 12

Ministrantes:

- **Jorgeval Andrade Borges** - Professor DH/UESB
- **Felipe da Silva Borges** - Mestrando em Cinema/USP)

Literatura fala de História: o uso de Ariano Suassuna, Jorge Amado e José Lins do Rego no Ensino de História

Data/Local/horário: Auditório II Luizão, 10 às 12

Ministrantes:

- **Jorgeval Andrade Borges** - Professor DH/UESB
- **Ian Vinicius Freire Novais** – Professor de História da Educação Básica em Vitória da Conquista, Licenciada em História

Aula Histórica: espaço de interação, experimentação e pesquisa na educação básica

Data/Local/horário: 17 e 18 de novembro, Salas 14 e15, Módulo Luizão 2.

Ministrantes:

- Nallyne Celene Neves
- Izis Pollyana Teixeira

Marxismo e teoria da história

Data/Local/horário: 17 e 18 de novembro, Auditório do CAP, 9 às 12

Ministrante:

- Cristiano Ferraz - Professor DH/UESB

Introdução ao pensamento de Marx

Data, Local/horário: 17 e 18 de novembro, Sala do Nepaad no Módulo Amélia Barreto, 9 às 12

Ministrante:

- Marcos Tavares – Professor DCSA/UESB

I Seminário de Estágio Supervisionado do Curso de História

Data/Local/horário: 16 de novembro, Auditório I Luizão, 14 às 17

OBJETIVO:

O Seminário de Estágio tem como objetivo a socialização, em forma de Relatos de Experiência, das atividades de Estágio desenvolvidas no curso de História. Além disso, tem como foco a reflexão do papel do Estágio Supervisionado no currículo do Curso de Licenciatura em História e suas potencialidades na formação docente.

Discentes e Docentes do curso estão convidados a participarem e juntos refletirmos sobre a formação do/a professor/a de História no nosso Curso.

PROGRAMAÇÃO:

1. Apresentação Geral do Estágio enquanto componente curricular do Curso de História e a formação de professor – Professoras Cleide de Lima Chaves e Maria Cristina Dantas Pina
2. Apresentação dos Relatos de Experiências dos discentes que cursaram disciplinas de Estágio
3. Discussão geral sobre os Relatos e avaliação

APRESENTAÇÃO DOS RELATOS POR DISCIPLINAS:

Disciplina – Elaboração de Projetos Educacionais em História:

DISCENTE	TÍTULO
Cindy Alains santos Souza, Claudenia dos Santos Ferraz e Maila da Silva Gomes Aguiar	As mulheres no processo de Independência da Bahia: um projeto para educação básica.
Elcimar Almeida Silva Júnior Janine Pinto Braga	Qual Independência vamos comemorar? Desmistificando o processo de emancipação do Brasil.
Danielle Batista Oliveira e Tarcio Mateus da Silva Hora Ribeiro	A Independência do Brasil: O Processo e o Projeto
Rosana Alcântara e Camila Cavalcante	Projeto de Ensino: Independência do Brasil
Leiliane Alves Ribeiro; Elaine de Jesus Silva e Raiane Aragão Silva	Conjuração Baiana e Independência da Bahia: Conexões e impactos para o povo baiano

DISCENTE	TÍTULO
Ludmilla Mota Dias e Cleisson Barreto Gomes	"A Escola como tema para o ensino-aprendizagem de história no primeiro ano do Fundamental"
Biane Novais; Iarla Novaes e Tássila Oliveira	Desafios do Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental
Antônio Pereira de Carvalho	Estágio Supervisionado no Ensino Superior – desafios e possibilidades
Cindy Alains santos Souza, Claudenia dos Santos Ferraz e Maila da Silva Gomes Aguiar	O Cristianismo no Ocidente Medieval: uma experiência no Ensino Médio
Camila Pirajá Vivas de Sousa, Jéssica Maria Maciel Costa e Larissa Silva Aguiar.	Os desafios e possibilidades ao ensino de História na aplicação de oficina dos 5º ano do fundamental
Dilma Novais Viana Lima, Lucas Santos Ribeiro, Isaque Silva Gomes e Anderson Amaro	Desafios e possibilidades: Metodologia e prática no Ensino de História durante o estágio No 4º ano do Ensino Fundamental I
Vanessa Costa, Keila Carvalho e Welington Sena	A ocupação do território brasileiro sob a ótica comercial para ensino fundamental I

Simpósios Temáticos

Mundo atlântico ibérico: religião, economia, sociabilidade e ensino de história

Data/Local/horário: Auditório I Luizão, 14 às 17

Coordenadoras:

- Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa
- Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza

Historiografia e Ensino da Antiguidade e do Medievo

Data/Local/horário: Auditório II Luizão, 14 às 17

Coordenador:

- Prof. Dr. Alexandre G. Carvalho

Sertões, circularidade culturais, trajetórias e escravidão na América portuguesa do século XVI ao XIX

Data/Local/horário: Auditório Mód. IV, 14 às 17

Coordenadores:

- Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo
- Prof. Dr. Marcos Profeta Ribeiro
- Prof. Dr. Ricardo Alexandre Santos de Sousa

Imperialismo, Nacionalismos e lutas de classes

Data/Local/horário: SALA 01 Mód. II, 14 às 17

Coordenadores:

- Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa
- Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida
- Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa

Pesquisa no campo do ensino de história: a produção do LAPEH

Data/Local/horário: SALA 02 Mód. II, 14 às 17

Coordenadores:

- Profa. Dra. Edinalva Padre Aguiar
- Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina
- Prof. Dr. Valter Guimarães Soares

História e Marxismo

Data/Local/horário: SALA 03 Mód. II , 14 às 17

Coordenadoras:

Profa. Dra. Márcia Lemos

Profa. Dra. Cleide de Lima Chaves

Atividades culturais

Abertura da exposição Fronteiras - Vando Oliveira

Data/Local/horário: 16 de novembro, Foyer do Teatro Glauber Rocha, 17:30h

Lançamento de livros

Data/Local/horário: 17 de novembro, Foyer do Teatro Glauber Rocha, 17 horas

Show "Cirandas da Memória" com Vinicius Ferreira

Data/ Local/horário: 17 de novembro, Teatro Glauber Rocha, 17:30h

Banda Afro'z Rep com o Show "O confronto"

Local/horário: 18 de novembro, Teatro Glauber Rocha, 17:30h

Mostra de cinema

Data/Local/horário: 16 a 18 de novembro, Foyer do Teatro Glauber Rocha, 18:30h

Entre lentes e fuzis - O cinema anti-imperialista de Santiago Álvarez

Santiago Álvarez (1919-1998) é o mais consagrado documentarista da Cuba pós-revolucionária. A despeito do seu ingresso tardio no cinema, com 44 anos, foi um profícuo realizador audiovisual. Ao longo da sua carreira, assinou a direção de

500 cinejornais, 84 documentários, além de um longa-metragem e um curta ficcional. Dentre os principais temas dos seus filmes, destacam-se a denúncia dos abusos do imperialismo estadunidense frente aos povos oprimidos e as lutas anti-imperialista empreendidas pelos povos oprimidos do mundo. A Mostra **Entre lentes e fuzis - O cinema anti-imperialista de Santiago Álvarez** reúne uma série de filmes, da década de 1960, que denunciam o imperialismo e celebram o heroísmo terceiro-mundista.

16/11/2022 - Rir do Inimigo

LBJ (Documentário, 17m, P&B, 1968)

Sinopse: Amarga sátira que utiliza as iniciais do Presidente Lyndon B. Johnson para traçar um paralelo com três significativos assassinatos: "L" para Martin Luther King, "B" para Bobby Kennedy e "J" para John F. Kennedy. O curta implica Johnson nas três mortes, retratando sua presidência como a culminação de uma história de corrupção sócio-política. (filmow.com)

17/11/2022 - Ho Chi Minh: um herói do Terceiro Mundo

79 Primaveras (Documentário, 25m, P&B, 1969)

Sinopse: O filme é um réquiem para Ho-Chi-Minh, poeta, guerrilheiro e estadista, que morreu aos 79 anos em setembro de 1969. O filme, realizado em meio a guerra de libertação vietnamita, reflete sobre a liderança de Tio Ho, como é conhecido pelos vietnamitas, e sua vida de luta contra o Imperialismo.

18/11/2022 - As canções e a Revolução

O tigre saltou e matou, mas morrerá... morrerá... (Documentário, 15m, P&B)

Sinopse: Documentário-resposta ao golpe militar no Chile financiado pela CIA e associados, e também uma homenagem ao cantor e militante Victor Jara, uma das milhares de vítimas do regime fascista de Augusto Pinochet. (filmow.com)

Now! (Documentário, 5m, P&B).

Sinopse: O filme utiliza a canção Now! (Jule Styrene/Betty Comden/Adolph Green), interpretada por Lena Horne, cuja letra denuncia a opressão ao povo afro-estadunidense e agita a população para a luta. A partir de arquivos fílmicos e fotográficos, Álvarez cria uma montagem dinâmica de imagens em justaposição com o texto da canção.

Mesas redondas

IMPERIALISMO, LUTAS ANTICOLONIAIS E REVOLUÇÃO NO SÉCULO XXI

- Dra. Iacy Maia Mata (UFBA) – “Anticolonialismo e antirracismo no século XIX”
- Dr. Muniz Ferreira (UFRRJ) – “Imperialismo, conflitos internacionais e processos de resistência no século XXI – o caso da América Latina”
- Dra. Márcia Santos Lemos (UESB) – Mediação

Data/Local/horário: 16 de novembro, Teatro Glauber Rocha, 19:30h

O ATLÂNTICO IBÉRICO – REPRESENTAÇÕES CARTOGRÁFICAS E HISTORIOGRÁFICAS

- Dr. Pablo Antônio Iglesias Magalhães (UFOB) – Gront teijckeninge van de stadt BAHIA in Brasilien (Plano da Cidade da Bahia no Brasil): uma representação cartográfica inédita de Salvador em 1624
- Dra. Iris Kantor (USP) – O Atlântico negro na cartografia da Independência (c.1790/1830)
- Dra. Avanete Pereira Sousa (UESB) – Mediação

Data/Local/horário: 17 de novembro, Teatro Glauber Rocha, 19:30h

NARRATIVAS DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: DIÁLOGOS ENTRE A HISTORIOGRAFIA E O ENSINO DE HISTÓRIA

- Dra. Aléxia Franco Pádua (UFU)
- Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho (UFRB)
- Dr. Argemiro Ribeiro de Souza Filho – Mediação

Data/Local/horário: 18 de novembro, Teatro Glauber Rocha, 19:30h

RESUMOS

COMUNICAÇÃO DOS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

ST 1

Mundo atlântico ibérico: religião, economia, sociabilidade e ensino de história

Coordenadoras:

Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa

Profa. Dra. Grayce Mayre Bonfim Souza

Local/horário: Auditório I Luizão, 14 às 17 horas

Sessão 1 - 17 de novembro de 2022, quinta-feira

AÇÃO PASTORAL JESUÍTICA: VIGILÂNCIA COTIDIANA E FORMAÇÃO DE NOVOS CRISTÃOS

Bruno Almeida Reis

Licenciado em História - Uesb

O trabalho realizado pela Companhia de Jesus na América Portuguesa, desde a chegada dos primeiros missionários, em 1549, era pautado principalmente na conversão dos povos nativos. De fato, tal proposta obteve bons resultados, tanto para a Ordem como para a Igreja e para a Coroa Lusitana. O grande número de conversões realizadas já no século XVI é um indicativo desse sucesso, mas a qualidade da evangelização é vista na ação duradoura dessas ações. Assim, abordaremos a atuação jesuítica no Brasil a partir da visão dos próprios religiosos. Nosso intuito é tentar visualizar os métodos que permitiram introduzir parte da cultura cristã europeia, e que transformaram muitos desses povos em verdadeiros cristãos, servidores dos interesses da Coroa Lusitana, seguindo a premissa de que houve mudança nos hábitos dos povos indígenas que transformou seu estilo de vida a partir da introdução de tarefas religiosas, disciplina, ordem, trabalho e cooperação. Os métodos empregados pelos padres jesuítas permitiram a atração e conservação do poder exercido sobre o indígena. Utilizaram-se de diversos recursos como meio para obter a conversão às práticas da fé cristã, verdadeiro objetivo/fim da Companhia de Jesus. A partir da carta de

1556, do padre Anchieta, percebemos que parte da rotina estabelecida nas aldeias era voltada para a doutrinação das crianças, mas que havia uma afetividade por muitos para com os assuntos religiosos, pois o tratamento dispensado aos aldeados permitiu a afirmação dos poderes estabelecidos pelos jesuítas sobre os povos nativos, através do emprego dos seus conhecimentos e da polivalência desses. O conhecimento da medicina, a dissimulação por parte de alguns indígenas e o perfil milagroso nas curas realizadas nos espaços de convivência nos permitem enxergar que o motivo do sucesso dos jesuítas decorre da criação de uma certa dependência. Ou seja, os missionários se debruçaram em várias áreas do conhecimento, desde a chegada da Companhia, em 1549, visando à conversão dos nativos a partir da mudança dos seus costumes.

Palavras-Chave: Jesuítas. Colonização. Catequização.

PERFIL DOS PRETENDENTES NÃO HABILITADOS A FAMILIAR NA BAHIA SETECENTISTA

Cleílton Chaga Bernardes

Licenciado em História - Uesb

Especializando em história da Bahia - UEFS

O Santo Ofício português, em quase três séculos de existência, atuou não apenas em Portugal, mas em todo o seu império. Para garantir a presença no amplo domínio ultramarino, e tão distante dos tribunais inquisitórios, foi necessária a formação de uma rede de agentes e de ampla estrutura de auxiliares em toda a extensão colonial, inclusive na América Portuguesa. Entre os cargos de oficiais, um dos mais almejados pela elite colonial no século XVIII foi o de Familiar do Santo Ofício, visto que contribuía também para a promoção social dos que tinham os pleitos atendidos. Deste modo, o trabalho tem por objetivo traçar o perfil de pretendentes baianos à Familiatura, mas que tiveram suas habilitações recusadas por terem suspeita ou rumores de serem cristãos-novos e mulatos em suas ascendências, pois a pureza de sangue era um pré-requisito obrigatório para a concessão da carta de Familiar. A documentação que serve de base para a pesquisa que ora apresentamos pertence ao conjunto de Habilitações Incompletas do Conselho Geral do Tribunal do Santo Ofício Português e corresponde a pessoas residentes na Bahia que tentaram habilitar-se ao cargo de Familiares da Inquisição. A amostragem que apresentamos nos fornece informações valiosas não só em relação aos laços familiares dos candidatos, mas também relações socioculturais, econômicas e de poder dos indivíduos.

Palavras-chave: Bahia colonial. Inquisição. Santo Ofício.

OS FILHOS DA DISSIDÊNCIA E O TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO: O CRIME CONTRA A MORAL E OS BONS COSTUMES NA BAHIA DO SÉCULO XVIII

Elcimar Almeida Silva Junior

Discente do curso de História – Uesb

Por meio da Bula papal *Cum ad nihil magis*, de 23 de maio de 1536, é estabelecida a Inquisição portuguesa, com o objetivo de reprimir o judaísmo dos cristãos-novos, dentre outros. A sodomia só vai ser incluída nos Regimentos do Santo Ofício em 1603, considerada uma das principais manifestações da luxúria e que poderia atrair castigos divinos, uma vez que a desobediência ao 6º mandamento poderia ter consequências coletivas, a exemplo de Sodoma e Gomorra, cidades destruídas devido aos erros dos sodomitas. Assim, temiam-se que a ira de Deus se voltasse contra o reino de Portugal. Diferentemente da América espanhola, o Brasil não possuiu um tribunal em seu território, mesmo assim não ficou livre do *monstrum horrendum*, através das visitas com a colaboração dos cleros regular e secular e dos agentes (comissários, familiares, qualificadores e notários). A Bahia foi visitada duas vezes, em 1591 e 161. Na primeira visita, nove homens confessaram a sodomia perfeita, o inaugural foi o padre Frutuoso Álvares, que foi ouvido em 29 de julho. Nesta comunicação iremos identificar, analisar e discutir, a partir dos trabalhos de Luiz Mott e Ronaldo Vainfas, os casos de sodomia na Bahia do séc. XVIII, quem eram esses desviantes e porque o ato ficou conhecido como “vício dos clerigos”. Utilizaremos como amostragem os dados coletados no Caderno dos Nefandos e no livro Homossexuais da Bahia Dicionário Bibliográfico.

Palavras-chave: Bahia, Sodomia e Inquisição.

AGENTES DO SANTO OFÍCIO NOS CÍRCULOS INTELECTUAIS E ACADEMIAS LITERÁRIAS DA BAHIA SETECENTISTA

Grayce Mayre Bonfim Souza

Professora do Departamento de História - Uesb

Abordar agentes da Inquisição na América portuguesa é tratar de uma elite colonial. Não apenas uma elite opulenta e de dominação política na sociedade

soteropolitana, mas, sobretudo, de um setor que fazia parte também da “fina flor” letrada luso-brasileira. A cidade da Bahia foi, de fato, um grande centro em projeção e, no século XVIII, consolidou-se como principal pólo econômico, de jurisdição civil e eclesiástica e espaço de efervescência intelectual da América Portuguesa. Aproveitando o ensejo dos movimentos intelectuais de caráter científico e literário pretendemos, com a presente comunicação, apresentar um quadro geral da inserção de agentes do Santo Ofício da Bahia nos setecentos, destacadamente os Comissários e Qualificadores que tiveram uma formação acadêmica, produção intelectual e participação nas academias literárias baianas setecentistas - *Academia Brasílica dos Esquecidos e Academia Brasílica dos Renascidos*. Analisaremos, também, aproximadamente, vinte impressos publicados em oficinas de Lisboa (Régia Oficina Tipográfica, Miguel Menescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, Oficina de Francisco Luiz Ameno, Oficina de Manuel Lopes Ferreira etc.) entre 1700 e 1790. No conjunto das publicações encontramos majoritariamente sermões, além de homilias, orações fúnebres, orações em ação de graça e sonetos.

Palavras-chave: Bahia colonial; Santo Ofício português; Agentes inquisitoriais; Círculos intelectuais; Academias literárias.

DEVOÇÃO E RELIGIÃO NO SERTÃO DA RESSACA: POTENCIALIDADES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.

Osmundo Macário de Santana Neto

Mestrando Mestre em Ensino de História. Profhistória – Uesb

O presente trabalho tem como objetivo analisar as narrativas históricas e a memória a respeito da ocupação do Sertão da Ressaca e o estabelecimento da Religião Católica junto à devoção a Nossa Senhora da Vitória ou Vitórias, no processo de colonização e Império nos sertões da Bahia em fins do século XVIII. A história da conquista e das dinâmicas surgidas na América portuguesa deixaram inúmeras marcas no cotidiano e nas escritas daí recorrentes. Tal estudo – que tomou como fontes as documentações presentes em Museus, Igrejas, Arquivos, Fóruns, coleções de particulares e as diversas obras da literatura sobre a temática, dos clássicos aos trabalhos mais recentes– visa as possibilidades de abordagem da história local e sua potencialidade para o ensino de história nas escolas da educação básica.

Palavras-chave: Vitória da Conquista; devoção, colonização

Sessão 2 - 18 de novembro de 2022, sexta-feira

CONTRIBUIÇÕES LUSITANAS NAS CANTIGAS DE RODA INFANTIS E SUA ABORDAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA

Vinicius Ferreira Gomes

Mestre em Ensino de História. Proffhistória – Uesb

O presente trabalho é um pequeno recorte da dissertação de mestrado intitulada “Cantigas de roda e memória coletiva nas aulas de História no ensino fundamental II: Escola Municipal Iêda Alves de Oliveira” e tem como objetivo investigar as contribuições portuguesas neste saber popular. Do ponto de vista teórico, ancoramo-nos em teóricos da cultura popular brasileira, como Câmara Cascudo, que identificam a ciranda como uma dança infantil, de roda, vulgaríssima no Brasil e vinda de Portugal, onde é bailado de adultos. O levantamento das fontes foi realizado por meio da leitura e pesquisa de autores portugueses, como Pedro Fernandes Tomás e José Leite de Vasconcellos, que abordam em suas produções as tradições das cantigas de roda oriundas de Portugal presentes na cultura popular brasileira. As cantigas de roda são expressões da cultura popular e estão presentes nos diversos meios sociais e culturais e demarcam vivências, convivências e memórias da infância, e mesmo que sejam silenciadas no cotidiano à medida que o ser humano cresce e se desenvolve, as cantigas populares não podem ser apagadas, pois elas residem e resistem na memória coletiva. É de suma importância manter resguardadas as tradições que fizeram e fazem parte das gerações passadas, e graças à transmissão oral, mantêm-se vivas. As cantigas de roda em sala de aula podem ser aplicadas como um objeto de estudo em que professor e alunos investigam como as diferentes sociedades brincavam e cantavam, aguçando o olhar e curiosidade dos discentes. Ou as cantigas podem ser fontes, que serão interpretadas, analisadas, problematizadas a partir das cantigas de infância. O trabalho com cantigas de roda tende a ser muito vasto à medida que o professor descobre como estas refletem a pluralidade do nosso povo, que canta e conta a mesma cantiga de tantas formas.

Palavras-chave: Cantigas de roda. Portugal. Ensino de História

OS KAMAKÃ-MONGOYÓ DO PLANALTO DA CONQUISTA: PELAS VIAGENS AO BRASIL DO SÉCULO XIX

Adil Sousa Oliveira

Mestre em Ensino de História, ProfHistória – UESB

Este trabalho trata-se de um resumo do guia histórico e didático intitulado “*Na Trilha dos Kamakã-Mongoyó do Planalto da Conquista: pelas viagens ao Brasil do século XIX*”, que é a parte final da Dissertação *A presença dos Kamakã-mongoyó do Planalto da Conquista: uma abordagem decolonial para o Ensino de História e Cultura Indígena*, produto do trabalho desenvolvido no Mestrado Profissional de História (ProfHistória 2020-2022). Tomando como foco os registros históricos acerca das presenças indígenas, desde o processo de ocupação deste território conhecido como Sertão da Ressaca ao final do século XVIII e início do XIX, liderado por João Gonçalves da Costa, o fundador da atual cidade de Vitória da Conquista. Ao discutir essas presenças, em especial dos Kamakã-Mongoyó, promove-se um debate bibliográfico a partir das fontes da historiografia regional, bem como dos relatos e imagens da *Viagem ao Brasil* do Príncipe Maximiliano Wied Newied (1815-1817), disponíveis nos acervos do Museu Pedagógico Casa Padre Palmeira e Museu Regional de Vitória da Conquista, vinculados à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, bem como os registros dos demais viajantes naturalistas Von Martius e Spix (1818) e de Jean Baptiste Debret (1816-1834).

Palavras-Chave: Ensino de História, História Indígena, Decolonialidade.

TRABALHADORES ESCRAVIZADOS E DOENÇAS NA IMPRENSA BAIANA OITOCENTISTA (1860-1887)

Larissa Bispo dos Santos

Licenciada em História - Uesb

Mestranda em História - UESC

Os primeiros estudos sobre as doenças entre os escravizados no Brasil apontavam que as doenças estariam diretamente relacionadas aos africanos e ao tráfico negreiro. Apesar de tais abordagens trazerem uma visão deturpada acerca do objeto, foram trabalhos que influenciaram, por um longo período, as concepções sobre as causas das doenças no Brasil. Porém, os estudos referentes à escravidão e a pesquisa documental relacionada às condições de vida dos escravizados desmontam tais constatações. A história das doenças entre os escravizados no Brasil e de suas condições de saúde deixa de ser objeto apenas

do campo da medicina e passa a compor o campo da História Social, no sentido de ampliar a visão sobre as condições sociais, culturais, econômicas e políticas dos trabalhadores escravizados. Ainda que a busca por respostas sobre quais eram as condições de saúde, bem como a identificação das doenças que afetavam os escravizados tenha começado tardiamente, nas últimas duas décadas, a partir do cruzamento do *corpus* documental, foram escritos trabalhos esclarecedores sobre as condições de vida da população escravizada, com o intuito de esclarecer questões ainda não respondidas acerca do cotidiano, condições climáticas, doenças, saúde, alimentação, vestimentas, entre outros fatores que interferem diretamente na qualidade de vida dos cativos. Nesse sentido, o presente estudo, oriundo da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, tem como objetivo analisar e discutir as representações, na imprensa baiana, da força de trabalho constituída por negros escravizados e as doenças que os atingiam, na segunda metade do século XIX. Anotações e transcrições de periódicos da grande imprensa baiana, que se encontram sob a custódia do L HIST/UESB, foram utilizadas, o recorte espacial e temporal priorizado nesta pesquisa foi delimitado de acordo com as informações colhidas nos anúncios de fuga e são majoritariamente referentes aos escravizados que viveram no Recôncavo baiano e em Salvador entre 1860 a 1887. Os trabalhadores escravizados, presentes em quase todos os ofícios, estavam expostos e suscetíveis a todas as doenças. As matérias veiculadas pela imprensa baiana oitocentista, nas entrelinhas do dito e do não dito, lançam luzes sobre questões relativas às condições de trabalho e simultaneamente questões importantes sobre as condições de saúde dos escravizados.

Palavras-chave: Doenças, Escravizados, Século XIX.

O MOBRL E A EDUCAÇÃO DE ADULTOS SOB O REGIME MILITAR NO BRASIL: CONCEPÇÃO, IMPLANTAÇÃO E RESISTÊNCIAS

Karla Emilly Ramos Santos

Discente do curso de História – Uesb

Este projeto tem como objetivo analisar a concepção e implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Moblin) como projeto de alfabetização de adultos. Para isso, tem como referência a análise de textos relativos ao tema publicados em veículos de Imprensa Alternativa, sendo estes os jornais "Opinião" (1973-1977), "Movimento" (1975-1981) e "Em tempo" (1977- 1980), presentes no acervo hemerotecário do Laboratório de História Social do Trabalho da

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (LHIST-Uesb). O Mobral foi instituído em plena ditadura militar, no governo do Presidente Arthur da Costa e Silva pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, mas só foi implementado em 1970, no governo de Emílio Garrastazu Médici. Criado como contraponto aos movimentos de alfabetização de adultos que possuíam uma perspectiva humanista, como a proposta pelo educador Paulo Freire, o programa fazia parte da tentativa de direcionar a educação brasileira aos moldes do sistema capitalista. Com a proposta de erradicar o analfabetismo em dez anos, tinha como público a população urbana entre 15 e 35 anos, caracterizada pela faixa etária que atenderia a demanda por mão-de-obra no chamado "milagre econômico". Dessa forma, a alfabetização de adultos fazia parte de uma série de reformas educacionais engajadas à lógica do crescimento econômico, sendo vista como guia para o mercado de trabalho e sociedade de consumo. O que pode ser visto ao se analisar a sua enorme carga propagandística, usada para divulgação e exaltação dos chamados "feitos" do programa. Nesse momento, a imprensa alternativa se fez essencial, ao se portar como um veículo de contestação à esse discurso oficial, ao publicar depoimentos, críticas e denúncias das fraudes do projeto, além de revelar o aumento do número de analfabetos no Brasil. Era ainda, veículo de reprodução de proposições alternativas de alfabetização, com a presença de diversas entrevistas com Paulo Freire e editoriais sobre uma educação voltada à democratização. Pode-se perceber, desta forma, como o Mobral estava aliado à construção e consolidação de um regime, como meio de criação de cidadãos condizentes à nova ordem política. Entretanto, ainda assim, encontrava, como na Imprensa Alternativa, formas de resistência, denúncia e contestação.

Palavras-chave: Ditadura Militar, Educação de jovens e adultos, Imprensa Alternativa.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE BRASIL – PORTUGAL (1969-1974)

Belarmino de Jesus Souza

Professor do Departamento de História - Uesb

Este trabalho busca analisar a atuação do diplomata português José Manuel Fragozo na embaixada portuguesa no Brasil, em um período em que sob a liderança de Marcello Caetano o regime autoritário declinava em Portugal, mas que a Ditadura empresarial-militar do Brasil marcava o seu momento de mais aguda e brutal repressão. Na década de 60 estava consolidado em Portugal um corpo diplomático inteiramente formado sob o Estado Novo, mesmo não abrindo

mão da prerrogativa da nomeação política, Salazar já estava mais à vontade para nomear embaixadores de carreira para postos mais sensíveis, inclusive para a pasta ministerial e assim o fez com Marcelo Martins (1958-1961) e Alberto Franco Nogueira (1961-1969) – desta geração também era o Dr. José Manuel Fragoso. Entre 1961 e 1974, a política ultramarina e a construção europeia foram as questões em torno das quais se cristalizaram sempre de forma discreta, as principais divergências no Ministério. A ligação entre a sobrevivência do Regime e do Império, enfim, a estratégia ultramarina de Salazar assumiu a força do dogma. Uma minoria vislumbrava na aproximação de Portugal do movimento de integração europeia uma possível alavanca para abertura do regime. Opondo-se a tal perspectiva estavam os “africanistas” firmes no dogma do binômio Regime/Império, Franco Nogueira era líder e principal ideólogo do grupo, que até o final do Regime foi amplamente majoritário no Ministério, ocupando postos-chaves no Ministério dos Negócios Estrangeiros, postos no exterior e na estrutura política, como é o caso do embaixador José Manuel Fragoso, uma das figuras de maior destaque nas comemorações dos quarenta anos da “Revolução Nacional” em 1966.

Palavras-chave: Regime autoritário, diplomacia, relação Portugal Brasil.

ST 2

Historiografia e Ensino da Antiguidade e do Medievo

Coordenador:

Prof. Dr. Alexandre G. Carvalho

Local/horário: Auditório II Luizão, 14 às 17 horas

Sessão 1 - 17 de novembro de 2022, quinta-feira

LITERATURA EGÍPCIA: O CONTO DE SANEHET, AGÊNCIA E IDENTIDADE NO REINO MÉDIO

Lucas Santos Ribeiro

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

Por volta de 2040 a 1640 a.C., produziu-se no Egito Antigo, durante o Reino Médio, textos que manifestam desenvolvimento literário significativo, período que ficou conhecido como “clássico” na literatura egípcia. O Conto de Sanehet é exemplo desta literatura, o qual se diferencia de textos de períodos anteriores por abordar temas para além de questões administrativas e burocráticas, sendo de caráter sofisticado, extenso e repleto de códigos e signos com grande capacidade de nos demonstrar assuntos relevantes da sociedade que fora produzido. O Conto de Sanehet enriquece a percepção sobre o Reino Médio de maneira a propiciar reflexões sobre aspectos morais que se desejava naturalizar em um Egito que ainda se reestruturava, decorrente da instabilidade do poder central do Primeiro Período Intermediário (2134 – 2040 a.C.). Sanehet, o protagonista do conto é um agente real responsável pela proteção da rainha Neferu, filha do rei Amenemhet I e esposa do príncipe Senuoshet I (seu irmão), um cidadão comum, fiel ao rei e com uma forte identidade egípcia que influencia sua vida fora do Egito. A situação que dá início ao conto é a morte do rei Amenemhet I, Sanehet voltava de uma expedição à Líbia junto ao rei co-regente Senuoshet I, quando um mensageiro trouxe a trágica notícia que abalaria o protagonista, levando-o a um surto que o faria fugir para a região da Síria-Palestina, especificamente no Retenu Superior, onde ficaria por vários anos. Nesta comunicação procuraremos mostrar como a trajetória do personagem principal do Conto de Sanehet ilumina as relações políticas, sociais e culturais em meio às transformações da realeza do Reino Médio, no Egito Antigo. Buscaremos analisar como esse personagem presente no texto expressa mentalidades e agências da sociedade no período em que se foca. Partindo das reflexões de Ciro Cardoso, John Baines e Norman Yoffee destacaremos métodos de análise sobre o contexto da produção literária e, especificamente como o personagem Sanehet negociou o seu *status* econômico e social, além de sua identidade no estrangeiro em um dado momento histórico.

Palavras-Chave Literatura egípcia – Reino Médio – Egito Antigo

A RELAÇÃO SUJEITO E ESPAÇO NA ANTIGUIDADE EGÍPCIA E SUA INFLUÊNCIA NA PERCEPÇÃO RELIGIOSA DO REINO ANTIGO (3200-2423 a.C.)

Alan Cristian Freitas Trindade
Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

Este projeto tem como objetivo analisar as relações entre sujeito e espaço na antiguidade egípcia, em particular durante a era do Reino Antigo no terceiro milênio (3200 - 2423 a.C.). Ao evidenciar a construção gradual de uma religiosidade que partia de pressupostos naturais e cosmogônicos, se torna possível compreender que a interação do homem com a natureza influía não somente na manutenção de sua subsistência material, mas também fornecia ferramentas para a compreensão de sua própria existência alçada sobre a perspectiva religiosa da realidade concreta. Na medida em que os sujeitos se apropriavam socialmente dos fragmentos que a natureza os oferecia, ilustra-se o panorama das diversas facetas religiosas e organizacionais que compõem o dualístico Egito Antigo e seus habitantes, que construíram uma identidade cultural com base nas suas experiências na imersão da realidade e interação com o espaço que os cercavam. É importante salientar que as narrativas encontradas nos mitos estavam envoltas de intuitividade, de certa forma uma "especulação" da natureza, o que não significa em momento algum que essa especulação fosse algo irresponsável que ignorasse a realidade e fugisse de seus problemas, mas sim um pensamento que antecedia e sucedia a experiência através da tentativa de torná-la inteligível, explicá-la e ordená-la através da hipótese. De tal forma, a solarização da paisagem e a influência do Nilo em sua cultura e religião serão as hipóteses cervicais para embasar a discussão, com enfoque particular no mito da Enéada de Heliópolis. Logo, a especulação do homem antigo acerca do mundo dos fenômenos naturais se distingue de uma mera especulação ordinária e ociosa justamente pelo fato de que em momento algum se desprende da experiência, estando sempre conectado com a mesma, buscando explicá-la e se integrar a ela. Nesse viés, busca-se preencher lacunas historiográficas, repensando diretamente o papel que os sujeitos cumpriam na natureza dualística e imprevisível, não somente como reféns inertes da mesma, mas sim agentes que estavam em constante movimento e transformação num espaço dotado de sociabilidade, dualidade, identidade, contradição e cultura.

Palavras-chave: Egito Antigo, Religião, Natureza

A HISTÓRIA ANTIGA NOS LIVROS DIDÁTICOS DO SEXTO ANO: O EUROCENTRISMO E A BNCC

Keila dos Santos Carvalho (Discente de Graduação-Uesb)
Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

Os livros didáticos dos anos finais do ensino fundamental que estão embasados na última versão da BNCC, tem reproduzido o caráter eurocêntrico e evolucionista na abordagem da História Antiga. O processo de ensino de História Antiga é iniciado nas sociedades do AOP (Egito e Mesopotâmia), e posteriormente, temos a emergência das sociedades Gregas e Romanas que por fim dariam origem as sociedades europeias. Diante disso, vemos que o ensino dessas civilizações está condicionado as concepções eurocênicas, com periodizações de sentido político que são encontrados nos documentos textuais. Sendo assim, devemos questionar as intencionalidades presentes nesse tipo de discurso que está estruturalizado desde a escolha das fontes utilizadas no estudo da História Antiga; com pouca disponibilidade de documentos, privilegia o material produzido pela elite e corrobora a visão do “Ocidente” civilizado, no qual reforça a perspectiva de “despotismo Oriental”, o mito das origens numa linha evolucionista e o difusionismo. Estas noções são historicamente construídas e não devem ser apresentadas de forma natural, como aparecem em grande parte nos livros didáticos. Devemos desconstruir o recorte cronológico e a ideia de origem atribuídos à História do Antigo Oriente Próximo (AOP), paradigma que tende a universalizar e reforçar o ideal de progresso. Ao não tratar as especificidades de cada região, e o longo processo histórico a que está submetido, não se destacas diversidades socioculturais existentes na História Antiga Oriental, por exemplo, que permite um contraste com nossa realidade por meio das permanências e mudanças ao longo do tempo. Portanto, para que o ensino da Antiguidade se perpetue nos currículos escolares da educação básica, é necessário discutir para além do currículo, estratégias didáticas que, aliadas ao livro didático, contribua na formação de indivíduos capazes de desenvolver a alteridade e a empatia histórica. Sendo assim, defendemos um ensino do antigo Oriente que problematize os usos do passado, questionando conceitos pré-estabelecidos através das narrativas históricas construídas após a época moderna e rompendo com as barreiras que persistem entre as discussões acadêmicas e a educação básica.

Palavras-chaves: Base Nacional Comum Curricular, História Antiga, Eurocentrismo

A GRÉCIA ANTIGA E A HISTÓRIA GLOBAL NO CURRÍCULO DA BNCC DO SEXTO ANO

Cindy Alanis Santos Souza

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

Nos livros didáticos é comum que a divisão do estudo da Grécia se dê por períodos, seguindo uma ordem cronológica e espacial, no qual o centro do poder político e econômico progride das ilhas do mar Egeu em direção ao continente, alcançando as demais regiões ocupadas pelos gregos, até o seu estabelecimento nas poleis hegemônicas de Atenas, Esparta e Tebas, respectivamente, e, finalizando no domínio imposto pela Macedônia. A interpretação da Grécia enquanto um caldeirão etnocultural na bacia do Mediterrâneo é desconsiderada em prol da concepção historiográfica na qual os helenos são a “infância da Europa”, sendo os responsáveis por um “milagre”, desenvolvendo a civilização, a filosofia, a erudição, a arte, e ignorando a sua profunda integração com sociedades orientais. Esse modo de entender a Grécia Antiga, definido como Modelo Ariano, por Martin Bernal, serviu para universalizar e reforçar o ideal de progresso, numa perspectiva evolucionista, favorecendo uma narrativa histórica eurocêntrica. Contudo, a historiografia atual sobre o Mundo Antigo tem destacado a integração cultural, as conectividades econômicas e políticas entre as diversas sociedades da antiguidade, em particular, em torno da bacia do Mediterrâneo. Procuraremos analisar as integrações da Grécia Antiga a partir da bacia do Mediterrâneo, pois nessa localidade as sociedades foram tecendo vínculos sólidos, estabelecendo conexões e redes de trocas cada vez mais sofisticadas. A habilidade EF06HI15 da BNCC 2017, “descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado”, traz perspectivas de ensino interessantes, tornando-se fundamental analisar como os livros didáticos aderem às habilidades propostas pela BNCC (2017), traçando possíveis críticas e potencialidades, especialmente relacionadas à perspectiva da História Global.

Palavras Chaves: BNCC, Ensino de História Antiga, Grécia Antiga, Integrações.

O ESTADO EGÍPCIO E O EUROCENTRISMO NOS LIVROS DE HISTÓRIA DO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Isaque Silva Gomes

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

As novas interpretações teóricas sobre o Estado no Egito Antigo vêm reavaliando uma gama de questões eurocêntricas difundidas por egiptólogos que interpretam o Estado egípcio como uma monarquia centralizadora, na qual a figura do faraó controlava o Egito a partir de rígidos princípios de organização e garantia de uma estável eficiência burocrática. As definições a respeito do que significa Estado, referem-se em grande maioria ao conceito de Estado Moderno, surgido na Europa em meados do século XVI, e tal entendimento quando aplicado aos estudos sobre o Egito Antigo resulta em uma série de anacronismos, obscurecendo o dinamismo das relações de poder e reduzindo o Estado faraônico a uma simples formação mantenedora da ordem. A ideia de uma estrutura política do Egito Antigo altamente hierárquica e unificada, que se manteve de forma durável e imutável ao longo de milênios, é equivocada. As novas explicações a respeito da sociedade egípcia evidenciam um Estado que funcionava de maneira descentralizada, com grande dinamismo das relações de poder, em particular, em virtude das alianças com poderes locais e estrangeiros, além das relações de reciprocidade. A historiografia tradicional, que interpretou a sociedade faraônica nos moldes do Estado Moderno, expõe fundamentos pouco críticos em relação às fontes do período e reproduz uma visão da história eurocêntrica e evolucionista. Por isso, é necessário o estabelecimento de uma ótica mais crítica e despoluída dessas perspectivas, abrindo espaço para evidenciar-se o dinamismo político, social e estrutural do Egito Antigo e para o reconhecimento das especificidades do Estado faraônico. É nesse contexto que procuraremos, junto ao debate teórico, investigar os componentes curriculares da nova BNCC nos livros didáticos do 6º ano do ensino fundamental a fim de levantar problemas e lacunas deste material didático em relação às características do Estado faraônico. Procurar-se-á as potencialidades do ensino de história antiga com as novas teorias sobre o Estado antigo, em especial, com propostas de superação do eurocentrismo metodológico.

Palavras Chave: Egito, Estado, Eurocentrismo.

DIÁLOGOS ENTRE A ANTIGUIDADE CLÁSSICA E O ENSINO MÉDIO, A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA.

Wellington de Sena Santos

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

O presente trabalho busca refletir sobre a possibilidade de utilização das teorias foucaultianas sobre a sexualidade nos conteúdos de História da Antiguidade, em particular, nos livros didáticos do ensino médio, no âmbito das Habilidades propostas pela Base Nacional Comum Curricular. procurar-se-á apontar as limitações e exclusões que os materiais utilizados em sala de aula apresentam para o uso das teorias foucaultianas. Para isso, serão necessários alguns recortes básicos, explorando-se alguns temas e categorias como a sexualidade, gênero, ética, cidadania, cuidado de si e governo de si, fundamentais na análise do filósofo Michel Foucault da sociedade e cultura greco-romana no seu trabalho sobre a História da Sexualidade. Para tanto, faz-se necessária a articulação interdisciplinar de diferentes saberes de diversas áreas de conhecimento – história, linguística, filosofia, sociologia – como possibilidades de utilização do arcabouço teórico foucaultiano junto às competências e habilidades propostas para o Ensino Médio.

Palavras-chave: Ensino Médio; História da Antiguidade; Sexualidade.

Sessão 2 - 18 de novembro de 2022, sexta-feira

A ARCA DE NOÉ: UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA

Iolanda Almeida Matos

Licenciada em História-Uesb

O dilúvio é uma das tradições mais populares do Antigo Testamento. E desde que George Smith traduziu a Epopeia de Gilgamesh, o interesse histórico pelo mito bíblico adquiriu uma relevância ainda maior, uma vez que os paralelos entre as duas versões indicavam possíveis empréstimos culturais. Essa hipótese tem sido corroborada por uma série de novas evidências arqueológicas que não só atestam o empréstimo cultural, como também sugerem que o escriba do dilúvio bíblico frequentou a escola cuneiforme durante o Exílio Babilônico no século VI A.E.C., uma vez que ele demonstra ter tido acesso às diferentes versões das

tradições babilônicas do dilúvio. Sua intenção ao reinterpretar essas tradições foi resistir à aculturação babilônica, através da escrita de uma pré-história monoteísta dos judaítas, enfatizando o caráter ético e monoteísta de Yahweh, frente a cosmovisão politeísta dos babilônios. Curiosamente, o dilúvio bíblico apresenta a mesma temática de todas as tradições presentes em Gênesis 1-11: a ideia de crime, castigo e perdão/mitigação. Em todas essas tradições, os homens aparecem pecando contra Yahweh, são punidos e em seguida, o castigo divino é mitigado ou perdoado. O contexto mais provável para essa percepção de que Yahweh castiga, mas também perdoa é a fase final do Exílio Babilônico, quando alguns judaítas começaram a nutrir esperanças de que Yahweh estaria enviando Ciro, o rei da Pérsia, para retirá-los de seu castigo exílico. Nesse sentido, a operação literária desse escriba bíblico foi uma forma de resistência à aculturação babilônica, ao reforçar a fé exclusiva em Yahweh e ao devolver aos exilados a esperança de retornarem a Jerusalém.

A MORTE NA LITERATURA MESOPOTÂMICA: APONTAMENTOS SOBRE O ÉPICO DE GILGAMESH

Luana Teixeira Barros

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Galvão Carvalho

A criação de uma série de mitos e narrativas literárias foram a maneira pela qual as sociedades antigas e, de modo particular, a Mesopotâmia, encontraram de lidar com o problema da morte, amenizando a angústia causada pela ideia do não-mais-ser. Uma das mais belas composições da literatura mesopotâmica, o Épico de Gilgamesh, apresenta em suas versões uma reflexão sobre a vida entre os limites do existir e do não existir, na perspectiva de um homem que não queria morrer. A morte, nesse sentido, é o elemento primordial que conduz o leitor à mensagem final do épico, ou seja, à reflexão da efemeridade da vida, reforçando a concepção mesopotâmica de destino universal e inalterável da humanidade. O presente estudo tem como objetivo analisar a questão da morte enquanto um problema recorrente na literatura babilônica e que se manifesta como tema central no Épico de Gilgamesh, em suas diversas transformações. Para isso, recorreremos a leitura de uma bibliografia específica, fichamentos e cruzamento de dados direcionados às temáticas que a pesquisa visa interpretar, entender e analisar. Ora inserido em um contexto cosmológico, ora na descrição de fatos verossímeis, a morte surge enquanto sinônimo daquilo que se é desconhecido. Em frustração, Gilgamesh se depara com o paradoxo do divino e do mortal: ainda

que fosse 2/3 divino, sua parte mortal o deixa suscetível à limitação da vida. Apesar das variações entre as versões da história de Gilgamesh, a moral do épico não sofre transformações drásticas: é sempre a história de um herói, ora divinizado, ora humanizado, que parte numa jornada em busca da imortalidade ao ter sido tomado pelo medo de morrer. É importante destacar que a sociedade mesopotâmica é extremamente dinâmica, cuja narrativas e o próprio imaginário mudam de acordo com os contextos sócio-políticos. Contudo, é possível notar no Épico de Gilgamesh que o tema da morte atravessa as variadas temporalidades e períodos da elaboração dessa obra. O fato é que, mesmo se tratando do épico mais antigo da história, pelo que se conhece, “estamos, portanto, diante de um campo de conhecimento novo” (BRANDÃO, 2017, p. 16). Nesse sentido, consideramos que a busca pela imortalidade e o medo da morte surgem enquanto aspectos fundamentais na narrativa de Gilgamesh. É a “luta” contra a morte o elemento primordial que conduz o leitor à mensagem final do épico, ou seja, à reflexão sobre os limites do existir e a efemeridade da vida.

Palavras-chave: Morte; Mesopotâmia; Epopeia de Gilgamesh.

O SÁBIO E AS ESTRELAS: UMA ANÁLISE DE ELEMENTOS DE ASTROLOGIA E ASTRONOMIA NA OBRA PICATRIX DE AFONSO X

Vítor Silva de Lima

Discente do curso de História – Uesb

Esta apresentação tem o objetivo de apresentar a pesquisa de monografia em andamento, em que se propõe a análise da tradução da obra *Picatrix*, realizada por Afonso X, o Sábio, monarca do reino de Castela e Leão. O rei se destaca muito justamente, não apenas pela circulação de seus conhecimentos, mas por uma fervorosa e intensa atividade que reuniu diversas obras e intelectuais de inúmeras áreas do conhecimento para sua corte. Dom Afonso, promoveu traduções e elaborações de textos de história, legislação, poesia, astronomia, astrologia, tal como o livro de magia e astrologia, *Picatrix*. Seu vasto *scriptorium* ganhou forma através do empenho de intelectuais, o permitindo ser intitulado e marcado na história com o epíteto de “o Sábio”. No presente estudo, será feita a análise das temáticas centrais do *Picatrix*, assim dizendo, a astronomia/astrologia, uma vez que os temas são fundamentais para se adentrar na fonte primária (*Picatrix*). A astronomia/astrologia é considerada uma das mais antigas ciências, embora não se saiba de forma definitiva como e quando se iniciaram os estudos. As tradições clássicas babilônicas, romanas e gregas contribuíram para a formação e discussão acerca da astrologia no medievo. Além disso, o trabalho busca destacar como o cristianismo lidou com o tema. Em razão de, durante a

Idade Média, a astrologia não ser bem vista pela Igreja católica, que logo a associava à heresia, alguns Padres da Igreja Romana se opuseram contra crenças supersticiosas, porém, por vezes, os mesmo que combatiam, aceitavam a ideia que os astros exerciam influência na vida das pessoas. Além de que, a própria distinção entre os termos astrologia/astrologia que, durante a Idade Média Central (XI-XIII) sofreu uma ruptura e características próprias. Essas discussões são fundamentais para a análise do *Picatrix*, uma vez que o material é dividido em quatro livros (partes) ou tratados, os quais explanam as influências mágicas entre o céu e a natureza, com aplicação de crenças, rituais ou ações com magia/feiticeira, magia talismânica, numerologia, interpretação de calendário e astrológica, entre outras temáticas atípicas centradas também na figura do “sábio” em que teremos o conhecimento essencial da ordem do universo em uma perspectiva neoplatônica, pela qual o microcosmo (ser humano) tem presença no macrocosmo (universo), que se manifesta através do princípio neoplatônico de emanção. Assim, a apresentação pretende abordar e contextualizar estas problemáticas centrais e, através do uso das fontes, levantar o debate e a hipótese que rege a pesquisa.

Palavras-chave: Afonso X; *Picatrix*; Astrologia.

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE RELIGIÃO E GUERRA ENTRE OS VIKINGS A PARTIR DA EDDA EM PROSA

Heitor Limoeiro

Discente do curso de História – Uesb

Esta comunicação visa apresentar projeto de pesquisa em andamento, cujo objetivo é fazer uma análise sobre como a religiosidade dos nórdicos durante o período da Era Viking (Escandinávia dos séculos VIII-XI) influenciava o desempenho dos guerreiros vikings dentro das suas batalhas. A fonte a ser utilizada neste trabalho será a Edda em Prosa, um compilado de poesias em prosa contando as diversas histórias sobre a mitologia nórdica, e também sobre o lugar mitológico chamado Valhalla, que, de acordo com a Edda, era o paraíso dos guerreiros vikings, onde só poderiam ir aqueles que morreram com a espada na mão. A Edda trata-se de um produto do século XIII, de autoria de Snorri Sturluson, mas seu conteúdo pode ser relacionado à mitologia escandinava que seria transmitida oralmente séculos antes. Será realizada uma introdução à Era Viking, suas principais características e a divisão da sociedade da Escandinávia medieval. Veremos também como as guerras eram importantes para os nórdicos, sendo uma maneira de aumentar os territórios dos seus reinos e evoluir sua

economia e, através disso, perceberemos como a cultura viking permeou-se de valores como honra, bravura e coragem como forma de sobreviver às suas campanhas militares que empreenderam na Europa durante esse período. Além disso, o trabalho também explicitará as principais técnicas de combate dos vikings, suas organizações militares e suas navegações marítimas, pelas quais se tornaram conhecidos. Também se abordará sobre o lado religioso e mitológico, explicando os conceitos e descrições de Valhalla, o paraíso dos guerreiros vikings, e Odin, principal divindade nórdica e o senhor de Valhalla. Com isso, serão apontadas as principais ligações religiosas nórdicas com os vikings em suas batalhas. Estas discussões serão importantes para a compreensão dos guerreiros vikings nas suas batalhas, como o elemento religioso esteve presente na prática militar. Para o estudo sobre Valhalla e Odin, a Edda em Prosa de Snorri Sturluson será uma fonte indispensável, enquanto os assuntos ritualísticos, sociais e militares serão abordados a partir de trabalhos de pesquisadores e historiadores especialistas, brasileiros e estrangeiros, nos estudos vikings.

ORDENAMIENTO DE ALCALÁ: UMA PROPOSTA DE TRANSCRIÇÃO

Laryssa Santana Viana Souza
Discente do curso de História – Uesb

Esta comunicação visa apresentar o estado atual da pesquisa desenvolvida para a monografia intitulada “Ordenamiento De Alcalá: Uma Proposta De Transcrição” que tem por objetivo propor a transcrição paleográfica e a análise do manuscrito do século XIV, o “Ordenamiento de Alcalá”. Pretende-se analisar suas características e aspectos paleográficos, bem como uma análise histórica do contexto no qual o manuscrito foi produzido. O Ordenamiento de Alcalá é um estatuto jurídico considerado como um elemento fundamental na evolução do direito espanhol, promulgado nas cortes de Alcalá de Henares durante o reinado de Alfonso XI. Datado de 1386, a cópia trabalhada foi escrita em espanhol arcaico, por se tratar de um código de leis o texto foi grafado em Gótica Libraria, com o predomínio de ângulos sobre as curvas, característica comum entre os documentos oficiais daquela época. O manuscrito conta com 71 fólios incluindo capa, contra capa, o suporte material da escrita é o pergaminho, o layout das páginas está dividido em duas colunas por fólio, de extrema beleza, cada título é encabeçado por uma Capital Inicial decorada, os títulos e epígrafes em vermelho, as outras capitais em azul e vermelho, com decoração a dedilhar. As suposições iniciais indicam que o documento foi escrito por três mãos diferentes, segundo

Faulhaber, o códice foi copiado e iluminado por Nicolás González, escriba de Pedro I de Castela. No total, o documento conta com 32 leis, em nome do direito, da justiça e igualdade com o intuito de ser publicadas nas cortes de Alcalá. A pesquisa em questão vem sendo desenvolvida no âmbito da paleografia e permite mais que a mera leitura e transcrição de um documento antigo, ela nos possibilita analisar aspectos da sociedade, da cultura e a época na qual o documento foi produzido, além de ser indispensável a todos os que trabalham com fontes manuscritas, situar a obra no tempo e espaço.

Palavras-Chave: Ordenamiento; Paleografia; Alfonso XI.

ST 3

Sertões, circularidade culturais, trajetórias e escravidão na América portuguesa do século XVI ao XIX

Coordenadores:

Profa. Dra. Isnara Pereira Ivo

Prof. Dr. Marcos Profeta Ribeiro

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Santos de Sousa

Data/Local/horário: 17 de novembro, Auditório Mód. IV, 14 às 17 horas

VITALINO/LAMPIÃO: NOTAS SOBRE A ARTE POPULAR E O MERCADO NO SERTÃO

Ronny Vieira Brayner

Mestrando em Memória: Linguagem e Sociedade/Uesb

Milene de Cássia Silveira Gusmão

Doutora em Ciências Sociais pela UFBA

Professora do Curso de Cinema e Audiovisual e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Uesb

“No princípio era o mito a povoar a consciência de todos, só depois vem a ação que deve fixar no barro a forma desse mito”, através dessa narração tem início o documentário “Vitalino/Lampião”, lançado em 1969, pelo cineasta

baiano Geraldo Sarno. A frase inicial refere-se ao trabalho de Manuel Vitalino dos Santos, filho do histórico ceramista nordestino conhecido como Mestre Vitalino. Assim como o pai, o filho dedica-se a produção de artesanatos como forma de sobrevivência, sendo figuras míticas do sertão, como Lampião, referências para as criações de bonecos de barro. O documentário acompanha *in loco* a produção artística, mostrando passo a passo o trabalho do artesão que explica o ciclo da sua arte em um trabalho manual que passa pelo processo de transformar o barro de telha em um boneco. Esse registro do processo artesanal, aliado ao depoimento de Manuel Vitalino, traz reflexões importantes entre a arte e o consumo no sertão do final da década de 1960. O documentário aborda o conflito entre práticas tradicionais do sertão, como as produções manuais de cerâmicas, e as mudanças geradas pelo capitalismo com a invasão de produtos manufaturados nas cidades do interior do Nordeste. Esta tensão é demonstrada principalmente no momento em que o documentário acompanha Manuel Vitalino indo até a feira de Caruaru, no sertão de Pernambuco, buscando comercializar a sua arte. Na feira, Manuel reclama que a situação da venda dos bonecos de barro é péssima. O artista afirma que assim como ele outros artesãos acabam mantendo a prática apenas como tradição, mas que a cada dia o ofício tornava-se mais difícil pela falta de retorno financeiro. Através de imagens e relatos do artesão o documentário passa a sensação de estarmos acompanhando uma tradição com risco de extinção, tendo em vista a iminente expansão do capitalismo. O narrador do filme conclui a obra com a triste observação da possibilidade do extermínio de uma tradição popular, ao mesmo tempo que valoriza o homem do sertão pela sua característica de luta contra as imensas dificuldades que o rodeiam: “O artista popular não sabe que é tarde demais, que o seu produto popular terá cada vez menos lugar no novo mercado. No entanto, sua vida como sua obra são testemunha de uma consciência trágica que não se entrega.”

Palavras-chave: sertão, arte e consumo.

FILHOS NATURAIS NO SERTÃO DA RESSACA, SÉCULO XIX: ANÁLISE DO TESTAMENTO DE SILVÉRIO JOAQUIM DA SILVA

Fernanda Cordeiro Santiago
Graduanda em História - Uesb

O trabalho aqui apresentado baseou-se em analisar a descrição dos filhos naturais em testamentos de famílias sertanejas do Sertão da Ressaca no século XIX. Utilizando da micro-História para construir elaborações culturais históricas, envolvendo a delimitação do espaço e formas de sociabilidade, pretendo investigar o testamento de Silvério

Joaquim da Silva, correspondência do Arquivo Público do Estado da Bahia/CEREMH, ao passo que o relaciono com o livro “A Conquista do Sertão da Ressaca: processo e posse da terra no interior da Bahia” (SOUSA, 2001). Com base nos dados da obra, observa-se que muitos padrões familiares poderiam ser definidos com base nas especificidades de determinada região, por exemplo através das atividades produtivas e centros urbanos. Tais características influenciavam diretamente na organização familiar e no comportamento de homens e mulheres. Isto é, relacionamentos mais estáveis estavam muito associados com a permanência do casal em áreas de agricultura, pois possibilitavam uma estadia mais segura e prolongada, diferentemente de atividades mineradoras, na qual eram assentadas em zonas de passagem. Os herdeiros concebidos fora do casamento eram, na maioria das vezes, inferiorizados em relação aos filhos legítimos. A comprovação se dava pela quantidade de filhos naturais que só recebiam sua herança após ser assegurado o direito dos legitimados. Porém, é capaz de observar que alguns filhos fruto de relacionamentos extraconjugais eram reconhecidos no testamento. Este é o caso de Silvério Joaquim da Silva, casado com Raimunda Gonçalves da Costa, que, em seu estado de solteiro, teve dois filhos fora do casamento e reconheceram os dois como seus herdeiros legítimos — testamento que examinaremos com maior importância neste presente estudo.

Palavras-chaves: Testamento, Filhos Naturais, Herdeiros.

“REDUZIDOS A PARDOS”? AS CATEGORIAS DE DISTINÇÃO SOCIAL E PROJETO DE MODERNIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL (BRASIL/SERTÕES DA BAHIA, SÉCULOS XIX-XX)

Ocerlan Ferreira Santos

Mestre em Memória- Uesb

Professor de História do Ensino Médio da Rede Pública da Bahia

Como nota de pesquisa, esta comunicação analisa o processo de “epistemologização das mestiçagens” a partir de teorias racialistas do final do século XIX e início do XX atrelada a um projeto de modernização e constituição de uma identidade nacional. Partindo da perspectiva da história comparada e conectadas propostas, de Subrahmanyam (1997), Gruzinski (2014), Paiva (2015) e Ivo (2015) buscou-se refletir sobre a diluição das designações referentes a categoria “qualidades” em uso neste lado do Atlântico desde as conquistas ibéricas. Por conseguinte, a análise do *corpus* documental (testamentos, inventários *post-mortem*, processos judiciais, correspondências oficiais do século XIX e obras de intelectuais da época) em diálogo com a historiografia, tem evidenciado que, embora fosse usada nas relações cotidianas e em momentos de tensão, as designações que se referiam às gentes de menor qualidade (cabra, crioulo, mulato, curiboca, dentre outras) foram substituídas nos registros oficiais

pelos categorias preto, caboclo e, especialmente, pardo. A diferença era que, no novo contexto, elas estavam imbuídas das teorias racialista baseadas no darwinismo social e no cientificismo, ou seja, elas foram ressignificadas para atender aos pressupostos do conhecimento científico da época, que apesar de suas diferentes perspectivas, em linhas gerais, defendiam a superioridade cultural dos europeus Ocidentais em relação aos africanos e latino-americanos. Essas ideias foram em acolhidas em instituições de ensino e pesquisa e em conferências “populares” no país, onde modelos alternativos de análises foram propostos por intelectuais egressos ou pertencentes aos seus quadros de profissionais. A mestiçagem foi um dos principais tema de análises nesses espaços, ademais, era mal vista pelas potências Ocidentais, tendo se tornado o grande entrave para que o país adentrasse no rol do “mundo civilizado” e, portanto, era incompatíveis com a modernização do país. Como não havia possibilidade de negar o grau de mestiçagem do povo brasileiro, o grande desafio desses intelectuais era encontrar caminhos para superá-lo o mais rápido possível.

Palavras-chave: Mestiçagens; Teorias racialista e Modernização.

ST 4

Imperialismo, Nacionalismos e lutas de classes

Coordenadores:

Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida

Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa

Local/horário: SALA 1 Mód. II, 14 às 17 horas

17 de novembro de 2022, quinta-feira

CRISE POLÍTICA, TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS COLETIVAS NA FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

Maria Aparecida Silva de Sousa

Professora do Departamento de História da UESB

A crise política que se estabeleceu no Brasil nos anos 1820 decorreu, dentre outras questões, da expansão das ideias liberais, desde fins do século XVIII, que propugnavam pela defesa do constitucionalismo, da soberania a partir de uma concepção inovadora de pátria e de nação, bem como das condições econômicas impostas pela afirmação do capitalismo industrial que colocava novos e fortes interesses econômicos por parte da Grã-Bretanha e da França, principalmente. Na Bahia, a movimentação de indivíduos oriundos das camadas populares e das classes dominantes possibilitou distintas maneiras de experiência política a partir da apreensão das contradições expostas no decorrer da crise e das possibilidades de sua superação. O aprofundamento da crise impulsionou a tomada de posições diante da instabilidade e das incertezas do período. Para esta comunicação, serão apresentados alguns indivíduos que, nascidos na Bahia, tiveram uma participação destacada nas Cortes portuguesas nos anos 1821-1822 e, após a Independência, no processo de construção do Estado imperial. A tarefa de selar a unidade nacional em um território marcado por profundas diferenças políticas, econômicas, étnicas e sustentado pelo amplo uso da mão de obra escravizada exigiu uma aliança entre frações das classes proprietárias de todas as províncias, além da repressão violenta das posições divergentes, sobretudo, àquelas advindas dos segmentos populares. O trabalho integra uma pesquisa mais ampla sobre os contextos históricos que demarcaram o conflituoso nascimento da nação brasileira com enfoque no envolvimento de personagens baianas ainda pouco conhecidas. Desse modo, propõe-se uma reflexão das ideias políticas por meio das trajetórias de indivíduos com atuação importante num período de grandes alterações. Parte-se do pressuposto de que tais experiências permitem evidenciar a maturação de uma consciência de classe *pari passu* aos desdobramentos e desafios postos no processo de construção do Estado e da nação brasileiros no Oitocentos.

Palavras-chave: Bahia; Estado e nação; Experiências políticas.

MODO DE REGULAÇÃO PARTICULAR: O DIREITO NA DINÂMICA DE REPRODUÇÃO DO ESCRAVISMO NO SÉCULO XIX

Petrus Ian Santos Carvalho

Discente em Direito – Uesb

José Rubens Mascarenhas de Almeida

Professor do Departamento de História Uesb

Durante o século XIX, a emancipação política do Brasil se fez acompanhar de um robustecimento do arcabouço jurídico-político, haja vista a própria necessidade de consolidação do Estado nacional emergente e de proporcionar uma coesão social à nova nação. Contudo, nos Oitocentos, formas próprias de sociabilidade, que não capitalistas, eram vigentes, o que atribuía ao direito da época uma natureza específica. É, nessa perspectiva, que o presente trabalho objetiva analisar esta natureza do direito brasileiro oitocentista, tendo em vista a existência de uma sociabilidade fundamentalmente distinta da capitalista contemporânea, o que está no centro das preocupações teóricas de uma pesquisa mais ampla em desenvolvimento. Nesse cenário, buscamos compreender o direito no século XIX a partir de seus fundamentos histórico-concretos, resgatando o seu lugar na reprodução do modo de produção que lhe foi correspondente. Para tanto, a pesquisa orienta-se, por meio de uma revisão bibliográfica, à análise de livros, teses, dissertações e artigos científicos que permitem um aprofundamento das categorias teóricas essenciais à compreensão da problemática suscitada. Nos valem, também, do método dialético, que permite a consideração das especificidades históricas e sociais, do movimento contraditório e do caráter transitório do fenômeno investigado. Observemos que, na esteira das formulações teóricas de Ciro Flamarion Cardoso (1988) e Jacob Gorender (2016), existiu no Brasil, ao menos até o fim do século XIX, um modo de produção historicamente novo: o escravismo colonial. Sob tal modo de produção, a escravidão e a plantagem, como formas sociais decisivas, se reproduziam e irradiavam sobre a generalidade da produção econômica e da vida social escravista. Importante dizer que, distintamente do modo de produção especificamente capitalista, quando o trabalho se encontra realmente subsumido ao capital e a forma jurídica – a forma da equivalência entre sujeitos abstraídos de suas determinações concretas – alcança plena determinação (PAHUKANIS, 2017; NAVES, 2014), na sociedade escravista não podem ser observadas as condições necessárias para tanto. O próprio processo produtivo no escravismo condicionava-se à existência de desigualdades entre o senhor e o escravizado, de maneira que a subjetividade humana não se apartava da condição social do agente (FRAGOSO, 1998). Desse modo, o direito carecia de um elemento propriamente jurídico, que lhe conferisse autonomia e especificidade no tecido das relações sociais escravistas. Compreendemos, nesse sentido, que o direito oitocentista constituía uma instância não-autônoma de regulação normativa das relações sociais escravistas e voltava-se à reprodução das formas sociais do escravismo.

Palavras-chave: Direito; Escravismo; Oitocentos.

PRODUÇÃO, COMÉRCIO E CONSUMO NO SERTÃO DA RESSACA, 1889-1930

Cleisson Barreto Gomes

Discente do curso de História – Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva de Sousa

Coorientadora: Profa. Dra. Idelma Aparecida Ferreira Novais

A pesquisa tem como objetivo analisar a dinâmica econômica do Sertão da Ressaca após o fim da escravidão no Brasil e a implementação da República em fins do século XIX. As pesquisas recentes, em especial sobre a Bahia, têm evidenciado para as diversas regiões uma grande movimentação de produtos que demonstra uma complexa rede de produção, circulação e consumo de produtos agrícolas variados (cacau, fumo, mandioca, coco, algodão, entre outros), além da criação extensiva de gado. Esta produção diversificada em propriedades de distintos tamanhos resultou na comercialização de itens de consumo destinados tanto para exportação, como também para consumo interno, contrariando algumas análises clássicas que apontavam um papel meramente subsidiário da economia das vilas e cidades sertanejas. Na mesma linha, estudos pioneiros sobre a região do Sertão da Ressaca e, mais especificamente, a Imperial Vila da Vitória, evidenciam uma movimentação econômica até meados dos anos 1880. Entretanto, os trabalhos não avançam para os anos posteriores marcados pela crise do regime imperial e implementação da República no Brasil. Nesta perspectiva, por meio da utilização de fontes documentais disponíveis no Arquivo Público de Vitória da Conquista/APMVC e no Centro Regional de História e Memória/CEREHM da UESB, onde estão disponíveis documentação como atas da Câmara, relatórios, inventários, processos civis, entre outros, que podem contribuir para melhor compreensão do período citado. O presente trabalho busca problematizar as redes de negócio no Sertão da Ressaca, identificar os principais proprietários e níveis de riqueza, com ênfase na cidade de Vitória da Conquista, no decorrer da tumultuada conjuntura entre os anos 1889 e 1930.

Palavras-chave: Bahia, Economia, Sertões.

IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA: BOLÍVIA DO SEC. XX E XXI

Elias Macieis de Jesus

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

Sabe-se hoje das dificuldades de desenvolvimento de muitos países da América Latina, é necessário entender as raízes dos problemas. Iniciando com o fracasso das políticas neoliberais, passando pela ascensão de grupos políticos anti-imperialistas, e por fim analisando as ações Norte Americanas contra esses países antagônicos, irei elencar fatos que se passam no final da década de 1990 e adentram nas primeiras décadas dos anos 2000. Na América Latina, o início do século XXI houve importantes transformações sociais, políticas, econômicas e estratégicas. Essas mudanças tiveram como principal fator as crises do neoliberalismo que se iniciaram já após os anos 1990, quando o modelo econômico demonstrou os primeiros sinais de esgotamentos. Os países periféricos não tinham a competitividade suficiente para manter o grau de abertura comercial exigido nos países desenvolvidos. Essa política se fazia dependente internacionalmente e colocava os países menos desenvolvidos em situação vulnerável diante de qualquer evento negativo que ocorresse no plano internacional. Tal enfraquecimento abriu novos espaços de luta e confrontos no continente, onde emergiram grupos políticos de esquerda. Os governos liberais foram derrubados pelas classes mais pobres e lideranças anti-imperialistas foram eleitas com imenso apoio popular, proporcionando mudanças na política externa da grande maioria dos países latino-americanos, implicando transformações nas relações com os EUA e intensificando iniciativas regionais de cooperação. Esse avanço de políticas públicas e de soberania nacional da América Latina incomodou os EUA, que viram a necessidade de tentar frear os avanços das forças populares que cooperavam entre si. Assim delinear-se os seguintes objetivos da pesquisa: o objetivo geral é verificar os revisionismos da Bolívia em relação aos EUA, e as consequências que isso trouxe para a vida da população de um país que se torna antagônico a um país imperialista. Para ter uma resposta mais eficaz nesse objetivo geral, traçaram-se os seguintes objetivos específicos: Analisar as ofensivas Norte-americanas, entre elas as narrativas divulgadas pelos polos de mídia que demonizam rivais políticos, e os embargos ou sanções econômicas criadas para dificultar a vida na Bolívia, além do financiamento de golpes internos á governos que não se alinham politicamente aos EUA. Serão analisadas as formas de resistência da Bolívia, os projetos de emancipação política e a colaboração com países que buscam autonomia e soberania nacional. Palavras-chave: Imperialismo, EUA, Bolívia

A HERANÇA POLÍTICA DE PINOCHET PARA O CHILE: LEIS, CONSTITUIÇÃO E ENCLAVES AUTORITÁRIOS NA DEMOCRACIA CHILENA (1990-2018)

Anderson Macena de Souza

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

O presente trabalho contextualiza a ditadura militar chilena (1973-1990) baseando-se nas políticas criadas durante o período e como o país se tornou o maior laboratório do neoliberalismo no mundo, trabalhando com as leis e decretos criados e aprovados pelo governo militar para garantir plenos poderes aos militares mas, principalmente, para perpetuar o poder em todas as instâncias institucionais chilenas do ditador Augusto Pinochet. que vão desde o modo como seria a organização interna para a administração do país e suas províncias passando por leis de cunho sociais – como na previdência, educação, saúde e leis trabalhistas - que afetaram a vida da população chilena e beneficiaram ao neoliberalismo no país com a mínima participação do estado. Além das leis do cobre que financiaram a compra de aparatos militares que ajudaram nas perseguições e repressões aos opositores do governo. Ademais a constituição de 1980, chamada de a constituição de Pinochet, que consolidou todo seu poder político e lhe garantiu mais alguns anos no poder. Passando pelo período de transição até o início do primeiro governo eleito democraticamente de Patricio Aylwin (1990-1994), quando Pinochet criou e aprovou enclaves autoritários que garantissem que suas heranças políticas estivessem durante muito tempo na vida das próximas gerações chilenas além de que seus apoiadores estariam em cargos-chaves durante o primeiro governo democrático, garantindo que ele, Pinochet, não pagasse pelos seus crimes e fazendo com que ele acompanhasse bem de perto a nova democracia que surgia, transformando em uma democracia vigiada como cita alguns autores. Dialogando com o período democrático, que se iniciou no ano de 1990, e como os cinco presidentes eleitos durante os seis mandatos presidenciais que governaram o Chile após a ditadura militar entre 1990 e 2018, lidaram com os enclaves autoritários e políticos herdados da ditadura militar bem como o que fizeram para tentar, ou não, reverter tais leis e enclaves autoritários e como as pressões populares, vinda das ruas, afetaram tais governos e como eles reagiram a tais manifestações.

PETRÓLEO, PODER E RENTISMO NA VENEZUELA: DO PACTO DE PUNTO FIJO A HUGO CHÁVEZ

Rayne Reis Santos

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. Adilson Amorim de Sousa

A Venezuela encontra-se na marginalidade do sistema capitalista de exploração das grandes potências, com uma economia subdesenvolvida e reduzida a condição mono exportadora de um único produto: o petróleo. Essa particularidade econômica contribui para que na Venezuela seja mais rentável a burguesia especular financeiramente no mercado, que investir nos setores produtivos. Dessa forma criaram-se deformações econômicas, no qual os grupos políticos disputam pelo controle do maior detentor de riqueza na Venezuela o Estado. Isso criou a particularidade de ser o Estado o detentor do maior e mais rentável recurso econômico, de forma que, diferentemente dos demais países que a receita provém da arrecadação dos impostos da população: na Venezuela o petróleo subsidia a máquina estatal e seus contribuintes. Nesse cenário a burguesia associa-se ao capital internacional em prol da manutenção e reprodução do modelo de estado rentista petrolero. Esse modelo populista de conciliação de interesses conhecido como Pacto de Punto Fijo assinado em 1958 no quais dois partidos políticos Acción Democrática e Copei se alternam no poder suprimindo diferentes vozes políticas em prol da manutenção da democracia. Na práxis o Pacto de Punto fijo se converteu em uma ferramenta de manutenção de privilégios de uma minoria, em detrimento dos demais setores da sociedade. Apesar da tentativa de diversificação econômica e da industria nacional enquanto esse grupo estava no poder, não conseguiu romper as limitações econômicas e a Venezuela continuou seguindo os padrões de um Estado rentista. Esse grupo político continuou no poder utilizando-se do petróleo, para manutenção no poder através da distribuição dos recursos clientelista a partidos políticos, a Igreja, sindicatos e as forças armadas. Essa situação modifica-se somente com a crise energética da década de 1980 e a aplicação da cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI), que aprofunda as desigualdades sociais e a situação dos mais pobres, já que o Estado que distribuía minimamente esses recursos através de programas sociais corta esses benefícios em prol da máxima eficiência do estado mínimo. Nesse cenário a eleição de Hugo Chávez a presidência em 1999, representou a rejeição da política econômica neoliberal e dos partidos políticos tradicionais do Pacto de Punto Fijo.

Palavras Chaves: Venezuela; Petróleo; Estado Rentista.

IMPERIALISMO E NEOLIBERALISMO NO GOVERNO BOLSONARO: BREVE APONTAMENTOS

Vanessa Campos Costa

Discente do curso de História – Uesb

Orientador: Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida

A ascensão da extrema-direita ao Estado brasileiro coincide, não espontaneamente, com a ascensão da extrema-direita em contexto internacional, tendo como marco inicial no Brasil o golpe institucional no ano de 2016, encabeçado por Michel Temer, e, posteriormente, culminando na eleição de Jair Bolsonaro. A partir da análise da *práxis* política da gestão Bolsonaro, podemos verificar a influência do capital estrangeiro no desmonte do Estado Social brasileiro. Observada estas circunstâncias, o presente trabalho propõe-se a investigar as formas mais relevantes de atuação do imperialismo no governo de Bolsonaro (2019-atual). No que concerne aos fundamentos teórico-metodológicos, filiamo-nos ao materialismo histórico e dialético, por acreditar que tal perspectiva permite uma compreensão da totalidade da sociedade, focando sua produção/reprodução a partir da ação de homens e mulheres no tempo e espaço. Para alcançar o objetivo da pesquisa, aplicamos três categorias fundamentais e inseparáveis do materialismo histórico: a totalidade, a contradição e a mediação. Consoante a elas, reivindicamos o uso do conceito de imperialismo formulado por Lênin (1917), com as atualizações necessárias — em virtude das mudanças ocorridas no imperialismo atual — elaboradas por Almeida (2009). No que se refere ao *corpus* da pesquisa, limitamo-nos a produções historiográficas e de outros campos científicos da área de Humanas. No atual estágio da pesquisa, verificamos que o Governo Bolsonaro tem impulsionado a implantação de políticas neoliberais — como o desmantelamento do Sistema Único de Saúde; as contrarreformas trabalhistas e previdenciárias; a Reforma Administrativa, além de acordos políticos como a venda de ativos da Petrobrás — que beneficiam a acumulação capitalista em detrimento da diminuição de gastos sociais do Estado, maior exploração da força de trabalho e precariedade das condições da classe trabalhadora, que atualmente encontra maiores dificuldades no acesso ao básico para a reprodução da vida. Deste modo, o atual estágio neoliberal brasileiro, carregado de discurso nacionalista, diz respeito a uma construção ideológica que visa o controle social pela burguesia, de forma a garantir a reprodução capitalista atual, ou seja, em sua forma imperialista de ser. Assim, é possível afirmar que o Governo Bolsonaro

trata-se de uma extensão dos interesses imperialistas, através, principalmente, de medidas neoliberais, que permeiam tanto suas relações nacionais quanto internacionais, representando o recrudescimento burguês diante da crise capitalista atual. Por fim, destacamos que o presente trabalho trata-se de um esforço inicial, com limitações dado seu caráter embrionário, passível de correções, aprofundamentos ou até mesmo superação de elementos tratados com o avançar da pesquisa.

Palavras-chave: Imperialismo; Neoliberalismo; Governo Bolsonaro.

ST 5

Pesquisa no campo do ensino de história: a produção do LAPEH

Coordenação:

Profa. Dra. Edinalva Padre Aguiar

Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina

Prof. Ms. Valter Guimarães Soares

Local/horário: SALA 02 do Módulo II, 14 às 17 horas

Sessão 1 - 17 de novembro de 2022, quinta-feira

DIMENSÕES TEMPORAIS E APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Izis Pollyanna Teixeira Dias de Freitas

Mestre em Educação - Uesb

Orientação: Profa. Dra. Edinalva Padre Aguiar

Entendemos que na compreensão dos conhecimentos históricos a relação que os alunos mantêm com o tempo e, sobretudo, com o passado é essencial. O presentismo suplanta o passado, dificulta a perspectivação do futuro, reafirmando a ótica de que o mais importa é o aqui e o agora, influenciando negativamente na aprendizagem histórica e no desenvolvimento da consciência histórica. Dessa forma, a discussão a ser exposta é parte da pesquisa de mestrado

intitulada “A concepção de passado apresentada pelos jovens alunos do Ensino Médio (Lagoa Real-BA)”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Insere-se no campo da Educação Histórica e seu principal objetivo foi compreender as relações que os jovens alunos do ensino médio estabelecem com as dimensões temporais passado-presente-futuro e sua relação com a própria História. Pensando na melhor forma de subsidiar as análises da pesquisa, o aporte teórico foi cuidadosamente selecionado. Entre os principais autores que contribuíram com nossas análises estão: Jörn Rüsen (2001); Maria Auxiliadora Schmidt (2008); David Lowenthal (1998) e Peter Lee (2006; 2016). A abordagem qualitativa foi nossa escolha teórico-metodológica e como técnica para a sistematização e análise dos dados optamos pela análise de conteúdo. Ressaltamos o valor de pesquisas dessa natureza por entendermos que elas buscam não apenas conhecer e interpretar o conhecimento histórico apreendido ao longo dos anos, mas também levar em conta a compreensão das ideias históricas em relação as dimensões temporais e aos conhecimentos historicamente constituídos das pessoas – em nosso caso particularmente, de jovens em estado de escolarização – e como elas reverberam na vida. Julgamos que os resultados possam contribuir para o professor de História, pois, estendemos que se houver uma maior compreensão por parte deste quanto a orientação temporal apresentada pelos alunos, será possível uma melhor mobilização da História em sala de aula, ao estabelecer a relação entre passado, presente e perspectiva de futuro, propiciando ao aluno a tomada de decisão em relação às suas ações e opiniões frente as demandas da vida prática.

Palavras-chaves: aprendizagem histórica; ensino de História; relações temporais.

USO DE FONTES NO ENSINO DE HISTÓRIA: IDEIAS DE PROFESSORES DOS ANOS FINAIS EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

Irglenia Santos Amaral

Mestranda em Educação- Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Edinalva Padre Aguiar

O presente trabalho apresenta a dissertação intitulada “Uso de fontes no ensino de História: ideias de professores dos anos finais em Vitória da Conquista-BA”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Este trabalho foi pensado a partir da curiosidade em conhecer que concepções os professores e professoras de História da

Educação Básica dessa localidade têm sobre o uso de fontes históricas em sala de aula. Pretende-se ouvir profissionais licenciados em História e que ministrem aulas da disciplina nas escolas municipais de Vitória da Conquista. A pesquisa objetiva, por meio de questionários *on-line*, analisar, em primeiro plano, as concepções dos participantes da pesquisa sobre fontes históricas em sala de aula e, por conseguinte, seus usos, também procurando entender como se deu a formação inicial e continuada desses professores. A técnica para sistematização e análise dos dados empregada será a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin e o tipo de abordagem metodológica é a pesquisa qualitativa, descrita por Bogdan e Biklen. As considerações teóricas sobre o ensino de História e o uso de fontes seguem as bases epistemológicas da Educação Histórica, incluindo autores como Jörn Rüsen, Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli. O presente trabalho ainda se ocupa de discutir as diferenças entre o uso de fontes históricas no âmbito da historiografia e do ensino de História, passando pelo conceito de evidência histórica, baseando-se nos estudos de Ana Catarina Simão e Rosalyn Ashby. A pesquisa está atualmente em fase de recolhimento de dados para análise. Depois de concluída a coleta de dados, voltaremos ao problema que lhe deu origem e aos objetivos traçados para respondê-lo, buscando verificar se cumprimos o que foi por nós traçado para execução da investigação. Caso surjam, serão também levantados novos problemas por nós identificados que, quem sabe, possam sugerir outros objetos de pesquisa.

Palavras-chave: fontes históricas; práticas de professores; Educação Histórica.

PENSAMENTO HISTÓRICO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DA ESCRAVIDÃO AFRICANA

Leidiane Alves Sousa de Jesus

Mestre em Educação-Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A investigação dialoga com os referenciais da Educação Histórica principalmente no concerne ao debate acerca do pensamento histórico, consciência história, conceitos substantivos e temas difíceis da História. Em específico trabalhamos com o conceito substantivo escravidão africana no Brasil e nosso intuito foi conhecer as ideias históricas que os estudantes apresentam sobre essa temática, ou seja, qual sentido atribuem a esse passado e as relações que estabelecem com o presente, principalmente, no que tange ao

racismo. A metodologia aplicada na pesquisa se assentou em alguns pressupostos da *teoria fundamentada* bem como na abordagem qualitativa no tratamento dos dados. A construção do instrumental pautou-se nos princípios metodológicos da Educação Histórica, utilizando fontes distintas para a construção das questões que compuseram o instrumental, aplicado em duas etapas, com estudantes do 9º ano, em seis escolas do município de Poções, Bahia. Em linhas gerais observamos que os estudantes apresentam uma gama de ideias acerca desse passado e o foco dado em suas respostas esteve na situação vivenciada pelos escravizados(as), especificamente nas formas de tratamento destinados a eles(as), como por exemplo, as punições e castigos, não só mencionados em suas narrativas como também julgados como terríveis causadores de sofrimento. As relações de trabalho foi outra dimensão que comumente apareceu nas respostas, em sua maioria caracterizadas como exaustivas, pesadas, realizadas sempre sob a vigilância do senhor. Na pesquisa ainda apresentamos as ideias dos estudantes acerca da relação entre o passado escravista e o racismo estrutural no Brasil. Nossa intenção foi adentrar no debate desse tipo de racismo, buscando perceber como os estudantes mobilizam o conhecimento histórico para refletir sobre esta questão. Vimos que eles entendem que no Brasil brancos e negros vivenciam realidades diferenciadas. No que tange a população negra os estudantes reconhecem a falta de oportunidade e os obstáculos enfrentados. Por outro lado, encaram o racismo em sua perspectiva individualista, sendo poucos os que o vê em uma perspectiva estrutural. Entendem que o racismo possui historicidade, que ainda é vivenciado no presente, o que indica sua continuidade.

Palavras-chave: pensamento histórico; escravidão; Educação Histórica.

O USO DA AULA OFICINA COMO EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO PANDÊMICO

Nallyne Celene Neves Pereira
Mestre em Educação - Uesb

Durante o período pandêmico, a suspensão das atividades letivas presenciais obrigou professores a migrarem para o ambiente virtual e adaptarem a sua prática pedagógica presencial para a realidade online, conforme aponta Moreira; Henriques e Barros (2020). De forma geral, essa adaptação exigiu dos professores uma reformulação de seus planejamentos e estratégias de ensino. Diante do cenário imposto pelo ensino remoto, indagamos: como pensar o ensino de História intermediado pelas tecnologias em um espaço que não existe a

presencialidade? Ao mesmo tempo, como construir atividades que garantam a aprendizagem significativas de História para crianças e adolescentes? Como conseguir, por meio das atividades online, que os estudantes desenvolvam a construção do pensamento histórico? A compreensão da aprendizagem histórica de crianças e adolescentes fundamentada na perspectiva da Educação Histórica está relacionada a como o aluno entende a disciplina História e o próprio conhecimento histórico. Dentro dessa relação é preciso que os alunos se aproximem do corpo teórico e metodológico específico dessa disciplina. Lee (2006) aponta que os alunos precisam compreender o conceito de evidência, que as explicações históricas podem ser reformuladas a partir dos questionamentos feitos aos próprios documentos. Assim, o presente trabalho pretende apresentar o relato de experiência de uma atividade aplicada junto aos estudantes do 9º ano com base na metodologia da Aula Oficina, desenvolvido por Isabel Barca, intermediado pelo uso de tecnologias. O modelo da Aula Oficina propõe uma abordagem de ensino a partir do levantamento das ideias prévias sobre o tema da aula, do uso das fontes em sala, da problematização da relação presente/passado e perspectiva de futuro, que possibilita ao estudante se envolver em todo o processo de aprendizagem e produzir conhecimento histórico em sala de aula, seguindo os passos do historiador. Nessa abordagem, defendida pela professora portuguesa Isabel Barca, o estudante é visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento. Ao mesmo tempo, pretende contribuir com o debate sobre as experiências pedagógicas de ensino, aplicadas no interior desse contexto e suas implicações para o ensino de História a partir de atividades que pudessem ser desenvolvidas no ambiente virtual.

Palavras-chave: aprendizagem histórica; pensamento histórico; aula oficina.

Sessão - 18 de novembro de 2022, quinta-feira

AS MULHERES NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Beatriz Gonçalves Braga

Discente do curso de História – Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Edinalva Padre Aguiar

A presente pesquisa é fruto do projeto de Trabalho Monográfico Orientado (TMO) e tem como objetivo identificar as narrativas sobre as mulheres nos manuais didáticos de História e discutir a possível influência da maneira como as mulheres são retratadas na formação das ideias históricas nos alunos. Buscamos pesquisar em quais espaços e narrativas as mulheres estão inseridas

nos livros didáticos de História e em quais contextos é mais recorrente sua aparição: imagens, textos, boxes, narrativas etc. Em consequente, a nossa pergunta de pesquisa é: como as mulheres são retratadas nos livros didáticos de história do ensino médio? Nesse trabalho, abordamos ainda a construção do conceito de gênero a partir das formulações e contribuições de Joan Scott (1995), para identificação das relações de gênero nas sociedades e de como estas envolvem vínculos de poder em diferentes âmbitos, sejam elas no privado, político ou social, mas que também englobam as questões de raça e classe social. Quanto ao livro didático, entendemos sua concepção a partir Schimidt (2005) e Caimi (2015), como um componente principal do currículo das escolas públicas, participantes de uma construção cultural sobre o que é ensinar, o que é aprender, quais conteúdos são importantes e as vertentes teórico-metodológicos mais usuais. Compreendemos o ensino de História como um campo amplo, que possibilita discussões historiográficas, sobre a vida prática, a partir do entendimento de que a História e as suas narrativas são frutos de construções sociais, advém dos humanos, de suas atitudes, escolhas, ações etc. Partimos deste ponto, com as contribuições da Caimi (2015) e Rüsen (2012) que veem no espaço de discussão da História em sala de aula, uma possibilidade de questionar e criar narrativas. Na primeira etapa da pesquisa intentamos fazer um levantamento das produções científicas disponíveis acerca das mulheres nos livros didáticos a partir dos anais da Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH). Em seguida tomaremos como fonte de análise o livro didático “Caminho dos Homens” do quadriênio PNLD 2020 a 2024, produzido por Adhemar Margues e Flávio Berutti, destinado ao 3º ano do Ensino Médio, com intuito de pesquisar quais são as narrativas, representações e espaços nos quais as mulheres estão presentes nesta obra específica. A organização e análise dos dados se dará com base na técnica de análise de conteúdo.

Palavras-chaves: mulher; gênero; ensino de História.

AS MULHERES DO PERÍODO COLONIAL NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (2012 A 2018)

Kátia Rosane Santos Pereira

Mestre em Educação – Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina

Este trabalho é resultado da dissertação de Mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEd)/UESB intitulado “As Mulheres do Período Colonial no Livro Didático de História (2012 a 2018)” e está

inserido no campo de pesquisa do Ensino de História, mas também dialoga com o campo de pesquisa da História das Mulheres. Nossa questão de pesquisa foi assim definida: *como as mulheres do período colonial são retratadas pelos livros didáticos de História avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)?* Como objetivo geral aspiramos *compreender como os livros didáticos de História tratam as mulheres do período colonial brasileiro* e, como objetivos específicos nossa pretensão foi identificar em quais espaços e atividades as mulheres aparecem nas narrativas dos livros didáticos de História; problematizar quais mulheres, desse período, são retratadas e assumem protagonismos nos acontecimentos históricos; e avaliar se há mudanças na forma de abordar a mulher colonial nos livros didáticos de História nas três últimas edições do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ensino Médio, entre os anos de 2012 a 2018. Do ponto de vista da abordagem priorizamos a pesquisa qualitativa. A parte empírica da investigação foi desenvolvida por meio da técnica de análise de conteúdo temática. O *corpus* documental da nossa pesquisa foi constituído de livros didáticos de História do Ensino Médio, usados em escolas estaduais da cidade de Vitória da Conquista (BA) nos três últimos editais do PNLD. Como resultados da pesquisa identificamos que: na maioria dos livros, a mulher negra está presente, mas quase sempre associada aos espaços do trabalho; as mulheres negras livres aparecem em poucos momentos; a mulher branca é retratada na condição de proprietária, portuguesa e ligada aos espaços de poder; a mulher indígena é protagonista em algumas imagens, mas sem relação com as narrativas escritas; em todos os livros analisados a mulher branca pobre não aparece; a maioria das imagens encontradas nos livros analisados são apresentadas como ilustração e muitas vezes sem relação com as narrativas escritas; as mulheres são retratadas em espaços urbanos, como comércio de rua e mercados de escravos; e rurais, como engenhos e área de mineração; em ambientes públicos e privados e desempenhando funções diversificadas, como vendedoras ambulantes, administradoras de terras, esposas, amas de leite, parteiras e rainha; os livros didáticos examinados mostram uma visão estereotipada, pejorativa e preconceituosa sobre as mulheres, apresentadas à sombra dos homens.

Palavras-chave: mulheres; livro didático; ensino de História.

A DIDÁTICA DA HISTÓRIA PRESENTE NOS MANUAIS DE HISTÓRIA DO BRASIL DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO (1861 E 1907): CAMINHOS PARA DE FORMAR PATRIOTAS

Jessica Maria Maciel Costa
Discente do curso de História – Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina

Esta pesquisa visa analisar o processo de ensino de História, aprendizagem e a didática nos manuais de História do Brasil de Joaquim Manuel de Macedo de 1861 e 1907. Optamos pelo século XIX com a fundação do Colégio Pedro II, em que se encontra o primeiro manual didático, bem como a construção da identidade de nação. Entretanto, é fundamental entender como os conteúdos estão estruturados nas obras e como a didática aparece nas lições. Com isso, objetiva-se examinar as propostas de ensinar e aprender História conforme é indicada na organização dos manuais. Nesse sentido, um dos objetivos é também identificar como a disciplina escolar História foi gestada, a partir das abordagens que aparecem no material; explorar as concepções de ensino e de aprendizagem presente nos manuais; e como se relacionavam com o foco de despertar o sentimento nacional. Assim, definimos duas obras de Joaquim Manuel de Macedo: “Lições de Historia do Brazil para uzo dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo” (1861) e “Lições de Historia do Brazil para uso das escolas de instrucção primaria” (9ª edição, 1907). A fundamentação teórica da pesquisa está na compreensão do que é didática, baseado na discussão de José Carlos Libâneo e na Didática da História de Jörn Rüsen, com enfoque na aprendizagem histórica. A metodologia é a pesquisa documental com análise de conteúdo, com a perspectiva da História Cultural, uma vez que o manual didático é produto da cultura, ideologia, sociedade e política. Posto isto, a pesquisa pretende demonstrar como a didática, aprendizagem e o ensino de história eram pensados, construídos e de que maneira eram praticados, dialogando com a análise dos manuais didáticos. Pretende, portanto, reafirmar a importância da Didática da História como referencial para o ensino e aprendizagem da História na criação de sentido e significado para os sujeitos. **Palavras-chave:** livro didático; didática da história; aprendizagem histórica.

O MUSEU CAJAÍBA DE VITÓRIA DA CONQUISTA: “LUGAR DE PEDAGOGIA” E CULTURA HISTÓRICA

Janiclêide Moreno Gonçalves

Mestranda em Ensino de História. Profhistória – Uesb
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina

A pesquisa cujo título é o mesmo dessa comunicação, toma por objeto o museu como espaço de memória e cultura histórica e como “lugar de pedagogia”. Tendo

por referência o Museu Histórico Cajaíba, na cidade de Vitória da Conquista-BA, visa demonstrar como o acervo museológico pode ser utilizado para a aprendizagem e valorização da memória histórica local entre alunos de escolas públicas do município. A abordagem do tema será realizada com base dos pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Histórica, especialmente dos estudos de Jörn Rüsen, que propõe potencializar os resultados do processo de aprendizagem histórica mediante o diálogo com a cultura histórica presente nos espaços de memória. Será contemplada, ainda, na abordagem teórico-crítica, a ideia de “lugar de pedagogia”, conforme definição de Sthefanie Anderson. A pesquisa deverá resultar em formas de abordagem da história de Vitória da Conquista a partir da recuperação da memória de Aurino Cajaíba, de sua produção artística e da associação desses registros com a história do tempo presente. Como solução mediadora de aprendizagem (produto) a pesquisa deverá produzir um “varal itinerante de memória”, com informações sobre a vida de Cajaíba, reproduções de suas obras e propostas de atividades interativas. Ao ser apresentado aos estudantes de escolas públicas, o material visa promover seu envolvimento no modo de aprendizagem histórica, estimular a reflexão sobre os processos de seleção e silenciamento de memórias e o desenvolvimento da consciência cidadã por meio da cultura histórica.

Palavras-chave: ensino de História; memória; museu.

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE HISTÓRIA VERSUS EXPECTATIVAS DOS DOCENTES QUE ATUAM NO DO ENSINO MÉDIO

Fábio dos Santos Teixeira

Mestre em Ensino de História. ProfHistória – Uesb
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Dantas Pina

Esta pesquisa, desenvolvida no ProfHistória/UESB, analisa a percepção e expectativas dos professores de História do Ensino Médio dos colégios estaduais do Município de Guanambi-BA sobre a formação continuada, tanto a oferecida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia quanto as que entendem como mais adequadas ao seu trabalho docente. Em diálogo com a literatura sobre formação de professores de História e ensino de História, problematiza as concepções de formação continuada presentes na Legislação do Brasil e do Estado da Bahia, analisa a percepção dos professores de História sobre a formação continuada vivenciada e suas expectativas quanto a outras possibilidades, relaciona a percepção dos professores com a política de formação

continuada da SEC-BA e elabora uma plataforma virtual interativa como um espaço alternativo à formação continuada dos professores de História. Utilizou-se questionário para levantamento de dados junto aos professores participantes da pesquisa. Os dados foram tratados em abordagem qualitativa, segundo procedimentos de análise de conteúdo de Bardin (1977) e Amado (2014). Concluiu-se que, apesar de diversos dispositivos legais como a LDB, PNE, PEE, entre outros, afirmarem a formação continuada como direito dos professores e dever dos entes federados, a formação que a SEC-BA oferece aos professores de História é insuficiente, de pouco impacto positivo nas aulas de História e nos últimos anos tem sido inexistente. Constatamos ainda que não há oferta de formações de cunho específico para professores de História, os quais buscam por formação continuada em outros espaços, sem qualquer incentivo ou licença. Com base na pesquisa realizada construímos como Produto Educacional uma Plataforma Digital Interativa, cujo conteúdo é composto pelos Produtos Educacionais desenvolvidos pelos egressos do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), por entender ser uma produção que contribui de forma potente para a formação continuada de professores de História em diálogo direto com sua atuação em sala de aula.

Palavras-chave: ensino de História; formação continuada de professores; ensino médio.

ST 6

História e Marxismo

Coordenadoras:

Profa. Dra. Márcia Lemos

Profa. Dra. Cleide de Lima Chaves

Local/horário: SALA 03 Mód. II , 14 às 17 horas

Sessão 1 - 17 de novembro de 2022, quinta-feira

O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS MULHERES EM “O CONTO DA AIA” DE MARGARET ATWOOD

Ive Fróes Cândido

Mestranda em Letras: Cultura, Educação e Linguagens-Uesb

Trata-se de pesquisa em desenvolvimento que tem como objetivo analisar o papel central do trabalho de reprodução social das mulheres para ascensão e manutenção do Governo de *Gilead*, regime político teonômico e militar instaurado nos Estados Unidos da América (EUA) na obra distópica “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood. O livro foi lançado originalmente em inglês, em 1985, sendo trazido ao Brasil pela primeira vez pela editora Marco Zero em 1987. No entanto, desde 2006, a Rocco é responsável pela divulgação do título. No enredo, após períodos de guerras e devastação ambiental, há uma diminuição na fertilidade humana que enseja o aparecimento de movimentos conservadores, organizados em torno de valores tradicionais e de um modelo de família cristã, balizados pelo Patriarcado. Tais movimentos culminam com a destituição do Congresso e do Governo presidencial no EUA, e, justificado por excertos bíblicos, o novo poder político atua na reorganização da sociedade. As mulheres são hierarquizadas a partir de funções exercidas em favor dos homens, dispostas em categorias conforme o papel social desempenhado: Esposas, Aias, Marthas, Tias, Econoesposas, Jezebéis e Não-mulheres. O uso da violência institucionalizada e legitimada pelo Estado serve como instrumento para convencer e coagir as mulheres na nova estrutura. Para análise do objeto são utilizadas as categorias Patriarcado, Trabalho, Religião e Estado, conforme as referências da Teoria da Reprodução Social (TRS), ou Teoria Unitária, desenvolvida pelas feministas marxistas, Tithi Bhattacharya e Cinzia Arruza, que entendem como essencial ao capital a apropriação do trabalho do cuidado, afeto e procriação atribuído às mulheres. Para a compreensão do enredo distópico, além da associação com a TRS, será empregada a teoria dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social, Literatura, Mulheres.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE DISTÓPICA DE O CONTO DA AIA DE MARGARETH ATWOOD

Ariadne Maria Dos Santos Malheiros

Mestranda em Letras - UESB

A presente pesquisa propõe-se a refletir sobre o romance distópico de Margareth Atwood, *O Conto da Aiai* (2017), analisando a violência de gênero a partir das cenas de estupro e do parto, vivenciadas pela categoria das mulheres Aias, no sistema político da República de Gilead. Este sistema autoritário apropria-se do

corpo feminino, retira todos os direitos das mulheres com amparo no regime patriarcal de gênero e elege as Aias como as responsáveis pelo trabalho reprodutivo naquilo que se refere à concepção e gestação dos filhos e filhas de Gilead. Os fatos narrados em primeira pessoa pela protagonista Offred encontram correspondência em realidades concretas e remetem a acontecimentos históricos, entretanto, mesmo sendo ficcionados em distopia, são profícuos como instrumentos de crítica social e pesquisa. Nesta perspectiva, parte-se da premissa que a obra de Atwood reflete e refrata a realidade vivida pelas mulheres vitimadas pela violência sexual e obstétrica e possibilita discutir as determinações no processo de reificação das mulheres ao longo da narrativa. O respaldo para a violência que objetifica as mulheres, oprime, domina e explora é fornecido pelo patriarcado e pelo sistema autocrático e teonômico, imposto por um grupo político que derruba a democracia estadunidense. As leis estabelecidas neste novo governo, formado por cristãos que se autoproclamam Filhos de Jacob, coagem mulheres, reprimem sua sexualidade, conduzem algumas à prostituição e, as férteis, são designadas a procriarem com o argumento de que a humanidade precisa continuar a se reproduzir. Considerado o eixo central desta pesquisa, destaca-se duas cenas do *Conto da Aia* - o ritual de Cerimônia, no qual Offred é estuprada; e o ritual do dia do parto, em que não se pode utilizar anestésicos - analisadas a partir do dialogismo de Mikhail Bakhtin e das teóricas que versam sobre distopia, patriarcado, estudos de gênero e reificação, a saber, Heleieth Saffioti, Eleanor Burke Leacock, Danièle Kergoat, Flávia Biroli, Mauro Iasi, Gerda Lerner e Bhattacharya.

Palavras-chave: Mulheres. Patriarcado. Violência de Gênero. *O Conto da Aia*.

TIA NASTÁCIA, “A NEGRA BEIÇUDA”: ESTUDOS SOBRE CONSUBSTANCIALIDADE ENTRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NA OBRA REINAÇÕES DE NARIZINHO

Fabiana Soares de Araújo da Hora

Mestrando em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - Uesb

Esta pesquisa possui como objetivo geral realizar um estudo da obra *Reinações de Narizinho*, à luz da formação social brasileira e da consubstancialidade entre raça, classe e gênero no trabalho do autor Monteiro Lobato, a partir das reflexões de Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez e Clóvis Moura. Nesse viés, a literatura é compreendida como uma forma de linguagem escrita que pode dar acesso às dinâmicas sociais e aos modos de pensar que veicularam as teorias raciais no Brasil do início do século XX e, com isso, evidencia estereótipos racistas os quais

ainda reverberam no cotidiano nacional. A metodologia está balizada pela perspectiva polifônica de Bakhtin-que torna possível compreender como Lobato utilizou-se de distintas vozes para enunciar suas ideias. No sentido de proceder à análise proposta, as falas de Tia Nastácia, Emília, Narizinho e Dona Benta foram fichadas e sistematizadas num quadro, a fim de que seja possível identificar as palavras e enunciados que denotam raça, classe e gênero no discurso do autor. Os resultados apontam como o racismo permanece estruturante do sociometabolismo do capital no século XXI, na sociedade brasileira, frente às personagens Emília, tia Anastácia, Dona Benta e Narizinho, apesar de trazerem o encanto proposto pela literatura infantil, de igual modo enunciam o racismo e sua consubstancialidade-coextensividade com a hierarquia de classe e gênero, educando gerações dentro dos padrões do colonizador branco. Diante do exposto, discutir os sentidos da literatura na subjetivação da mulher negra a partir da personagem Tia Nastácia, assume lugar central nesta pesquisa.

Palavras-chave: Consubstancialidade. Raça. Classe. Gênero. Monteiro Lobato.

O MITO DA “DEMOCRACIA RACIAL” MOSTRA-SE NO *QUARTO DE DESPEJO*: O QUE CAROLINA MARIA DE JESUS TEM A DIZER!!!

Daiana Oliveira da Silva Sousa

Discente do curso de História – Uesb

O Brasil foi um país construído a partir do trabalho escravo, principalmente, da população negra. A abolição aconteceu de forma gradual e foram mais de 300 anos de escravização, que só foi abolida formalmente em 1888. Entretanto esse processo não transformou profundamente a vida dos ex - escravizados, pelo contrário, a população negra, continuou na pobreza e em sua maioria, não letrada, marginalizada socialmente, e inferiorizada pelas teorias raciais, tendo como principais intelectuais no Brasil, por exemplo, Euclides da Cunha, Silvio Romero, e Nina Rodrigues. Além disso, a população negra também assume os postos de trabalho mais precarizados para sobreviver. No séc. XX, a denominada “democracia racial” obliterou o racismo e difundiu a ideia de que todas as pessoas, independentemente de sua cor, tinham as mesmas oportunidades na sociedade brasileira. Entretanto, Carolina Maria de Jesus, uma escritora negra, que nasceu 26 anos após a abolição, ao escrever os diários que deram origem a obra *Quarto de Despejo*, que teve um enorme sucesso, vendendo mais de 10.000 mil exemplares em sua primeira edição, em 1960. A autora também recebeu prêmios, como, da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo e um título honorífico da Orden Caballero del Tornillo, na Argentina, em 1961. Na obra Carolina apresentou uma contraposição

à concepção de “democracia racial”. A partir da reflexão do seu cotidiano, ela denuncia as desigualdades econômicas e raciais vivenciadas como moradora da extinta favela do Canindé, a partir dos vários personagens aos quais ela dá voz em seu livro, na década de 1950. Neste trabalho, o objetivo é discutir o contexto socioeconômico e histórico que balizou a escrita biográfica da autora, construída por Tom Farias em 2018. Por conseguinte, busca-se analisar como Carolina desconstruiu o mito da “democracia racial” no *Quarto de Despejo*.
Carolina Maria de Jesus – Quarto de Despejo – Democracia Racial

O LUGAR DAS MULHERES E DO PENSAMENTO FEMINISTA NA OBRA BAGAGEM DE ADÉLIA PRADO

Camila Silva Lisbôa
Mestranda - Uesb

O presente estudo refere-se a uma pesquisa que vem sendo desenvolvida, em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, e tem o objetivo de identificar e analisar o lugar das mulheres e do pensamento feminista na obra *Bagagem*, de Adélia Prado. Por intermédio deste, que é o primeiro livro de poesias da autora, escrito no ano de 1976, a pesquisa destaca as controvérsias existentes em torno da escrita adeliânica. *Bagagem* está dividida em cinco seções: O modo poético; Um jeito e Amor; A sarça ardente I e II e Alfândega. O título do livro expressa, para Adélia Prado, aquilo que é necessário à vida, tal como em uma viagem quando se leva apenas o importante e fundamental. Levando em consideração a importância da autora para a literatura brasileira, esse trabalho busca explorar os principais textos de *Bagagem* referentes à temática da mulher a fim de elucidar como a sociedade patriarcal brasileira era vista pela escritora que, ao que tudo indica, fugia das escritas femininas de sua época. Em *Bagagem* é possível perceber as vivências das mulheres. Para melhor investigação do proposto é empregado o Estruturalismo Genético da Literatura, segundo Lucien Goldmann. O estruturalismo genético é a maneira pela qual Goldmann define o método dialético, ou seja, ele busca analisar as totalidades estruturadas a partir da dialética entre o todo e as partes.

As considerações possíveis de serem aqui redigidas são parciais, mas é possível perceber que Adélia Prado em seus poemas apresenta a mulher na sociedade patriarcal a partir de uma dicotomia: as vivências no âmbito doméstico com naturalidade e a mulher que usa da sua escrita para encorajar outras mulheres a lutar contra as injustiças dessa sociedade. Em praticamente todo o corpus

analisado, Adélia Prado relata a realidade vivida pela própria autora, sendo textos atemporais, pois dialoga com anos posteriores ao que foi escrita a obra.

Palavras-Chave: Adélia Prado. Mulheres. Pensamento feminista. Formação Social Brasileira.

**ALBERTINA, A MULHER INVENTADA POR EUCLIDES NETO:
CAMPONESA, NEGRA, DESUMANIZADA E, AINDA ASSIM,
SUBVERSIVA**

Jussira de Jesus Oliveira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Márcia Santos Lemos

Professora do Departamento de História - Uesb

O romance *A enxada e a mulher que venceu o próprio destino* é de autoria do escritor Euclides José Teixeira Neto. A análise concentra-se em investigar como o autor constrói sua personagem feminina, Albertina, de modo a verificar se ele reforça os estereótipos patriarcais, sócio-historicamente produzidos na formação social brasileira, rompe ou ressignifica. Nessa perspectiva, visamos discutir o Brasil patriarcal, racista e capitalista, observando como essa formação contribui para a opressão contra as mulheres; caracterizar a produção de Euclides Neto a partir da sua trajetória política e literária, acrescentando a Crítica feminista e a sua contribuição para a análise de obras produzidas por homens e, por fim, analisar a construção da mulher representada pelo autor em *A enxada*. Para análise da fonte, é empregado o estruturalismo genético da literatura a partir da referência de Lucien Goldmann e Ciro Flamarion Cardoso. Por fim, com esta pesquisa chegamos à conclusão que Euclides Neto reproduz em sua obra, ideias patriarcais, capitalistas e racistas, mas, ainda assim, a contradição está presente na narrativa do autor, que destaca a personagem da mulher trabalhadora enquanto sujeita social ativa, responsável pela reprodução da sua vida e da sua prole, não submetida ao “poder do macho” e sexualmente emancipada.

Palavras-chave: Euclides Neto. Mulheres. Estruturalismo Genético da Literatura.

**INVISIBILIDADE E ABANDONO DAS MULHERES NEGRAS
ENCARCERADAS: A SITUAÇÃO NO CONJUNTO PENAL ADVOGADO
NILTON GONÇALVES EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BAHIA.**

Ana Paula Macedo dos Santos

Mestranda em Letras – Uesb

Especialista em gênero e Sexualidade - Ufba

O sistema prisional brasileiro é um lugar de confirmação das desigualdades de classe, raça e gênero, estruturadas a partir de uma economia do extermínio dos que não são incorporados ao mercado de trabalho. Em virtude de determinações econômicas e sócio-históricas, pessoas pobres, negras e mulheres são impactadas pelo racismo estrutural, colocadas em situação de vulnerabilidade e transformadas em alvo preferencial da política de encarceramento brasileira.

A pesquisa aqui apresentada pretende investigar a realidade vivenciada pela população feminina negra encarcerada no Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves em Vitória da Conquista, Bahia, no ano de 2021. Para tanto, serão considerados os estudos sobre gênero, raça e classe a partir da perspectiva da Teoria da Reprodução Social e da crítica marxista do direito, demonstrando que a realidade concreta não é o resultado de agentes naturais, mas de interesses materiais, sob a égide de um Estado que faz uso sistemático da violência e da força para gerir conflitos e manter as relações de classe.

O corpus deste estudo é constituído pelos dados estatísticos do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen); pela base de dados da Secretaria Penitenciária e Ressocialização (SEAP) do Estado da Bahia, que evidenciam o aumento de mulheres negras encarceradas, sobretudo após a promulgação da Lei nº 11.343/2006, que dispõe sobre a “Lei de Drogas”; e por prontuários e entrevistas semi-dirigidas com as mulheres privadas de liberdade do Conjunto Penal Advogado Nilton Gonçalves.

A análise sobre a documentação será mediada pelo Materialismo histórico dialético e objetiva discutir como o Sistema de Justiça é seletivo e sua relação com a permanência e preservação da hierarquia racial. Nessa perspectiva, busca-se formular um conhecimento sólido e crítico sobre o processo de construção das relações sociais no Brasil que contribuem para o encarceramento em massa de mulheres negras, destacando questões que atravessam o tema, como o sociometabolismo do capital, a formação social brasileira e o papel da ideologia dominante na legitimação da opressão e exploração das mulheres racializadas, apontando a necessidade urgente de desnaturalizar a violência institucional e a invisibilidade da condição da mulher negra encarcerada no interior da Bahia.

Palavras-Chave: Mulheres Negras; Encarceramento em massa; Invisibilidade.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A PRODUÇÃO DA INVISIBILIDADE SOCIAL DAS VÍTIMAS NOS PROGRAMAS JORNALÍSTICOS DO BAHIA MEIO DIA

Andressa Oliveira

Mestranda em Letras: Cultura, Educação e Linguagens - Uesb

A violência contra as mulheres faz parte do processo histórico de formação do patriarcado e a partir das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais engendradas pela humanidade, a luta pela igualdade de direitos e pelo fim da violência de gênero foi ganhando novos direcionamentos. A conquista de direitos como o voto, a pílula anticoncepcional e o acesso à educação formal trouxe perspectivas distintas sobre a condição da mulher em sociedade. Porém, as mudanças, frutos de resistência e revoluções, ainda são limitadas estruturalmente por um sistema que invisibiliza e silencia as mulheres. Em 2020, ano de pandemia, que provocou um confinamento em sociedade devido a disseminação do vírus da covid-19 no Brasil e no mundo, uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com o Instituto Datafolha, apontou que 24,4% das mulheres acima de 16 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência ou agressão durante a pandemia em 2020. O estudo destacou ainda que o percentual representa 17 milhões de mulheres vítimas de violência física, psicológica ou sexual. Essa pesquisa parte da leitura de 30 reportagens jornalísticas para analisar o processo da construção das notícias que invisibiliza e silencia as vítimas de violência doméstica no jornal Bahia Meio Dia com base nos estudos de jornalismo, gênero, violência e feminismo. A construção desta dissertação de mestrado se inicia com a discussão sobre como o jornalismo exerce papel essencial na cobertura de casos que envolvem violência doméstica e também como as teorias feministas podem ajudar a pensar novas formas de praticar o jornalismo que contribuam para o combate a esse crime. O processo gerou perguntas sobre a construção das reportagens no jornal e para respondê-las foi utilizado um método combinativo entre a fundamentação teórico-metodológica com base nas propostas de Patrick Charaudeau (2005) e a teoria da filosofia da linguagem de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, para analisar a construção do signo e do significado na produção das reportagens.

Palavras-chave: Jornalismo; violência doméstica contra a mulher; análise do discurso.

Sessão - 18 de novembro de 2022, quinta-feira

CARTAS DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA: ATUAÇÃO POLÍTICA, INDEPENDÊNCIA E CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Ana Flávia Almeida Santana

Discente do curso de História – Uesb

A independência do Brasil é um marco para a história do país, sendo incansavelmente estudado e pesquisado. Este trabalho visa discutir o papel do patriarcado na forma como a independência do Brasil foi escrita e estudada pelos pesquisadores. Para isso, será feita uma análise das cartas deixadas por D. Leopoldina, investigando suas escritas pessoais que podem ser vistas como ações políticas e de estudiosos que pesquisam o patriarcado e os estudos de gênero na historiografia. Para Lerner, a mulher possui mais controle sobre sua vida ao possuir mais poder econômico (LERNER, 2019), sendo este o caso da Imperatriz. Sua história pode ser estudada com mais facilidade já que, por ser mulher de elite, conhecia várias línguas e tinha mais liberdade de opinar politicamente em suas cartas. Mas, mesmo assim, sua vida não é devidamente pesquisada e ensinada, por isso, a urgência de estudar as mulheres. A história vem sendo escrita a partir do esquecimento das mulheres, como se não tivessem por diversas vezes um papel excepcional. Portanto, é necessário reconhecer e dar visibilidade aos sujeitos que foram excluídos da história, considerando sua classe, gênero e raça, já que a história do Brasil, como as de outros locais, é uma história quase que exclusivamente masculina, não sobrando espaço para as mulheres. Entretanto, para a historiografia, falar de homens e mulheres de forma igualitária funcionaria como forma de libertação da história (COLLING, TEDESCHI, 2015). No caso da Imperatriz, o patriarcado construiu sua história com base na figura do seu esposo, D. Pedro I, onde D. Leopoldina é enclausurada ao papel doméstico e matrimonial, tendo sua história contada a partir disso. Portanto, pretende-se neste trabalho, evidenciar, através das cartas da Imperatriz sua participação política na Independência do Brasil, a tirando do papel de coadjuvante e colocando como protagonista, demonstrando como o patriarcado a ocultou da história ao não considerar seus atos políticos e sua efetiva participação.

Palavras chaves: Independência do Brasil; Patriarcado; Império Brasileiro.

A INTERIORIZAÇÃO DA SAÚDE MATERNO INFANTIL: A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA (1940-1950)

Cleide de Lima Chaves

Professora do Departamento de História- Uesb

O presente trabalho busca investigar como se deu a constituição da Legião Brasileira de Assistência (LBA) na cidade de Vitória da Conquista, interior baiano, na década de 1940 e de que maneira essa instituição atuou na cidade, a partir de uma política explícita de assistência à saúde materno-infantil, implementada em todo o país. A LBA, apesar de ter sido fundada em 1942 pela primeira dama Darcy Vargas, para prestar assistência às famílias cujos homens foram como soldados para a Segunda Guerra Mundial, durante e após o conflito a mesma se consolidou no processo de institucionalização do serviço social. Em dezenas de município, especializou-se na assistência à saúde infantil, especialmente na puericultura, como foi o caso de Vitória da Conquista. A justificativa do trabalho é que, apesar da amplitude dessa instituição e da sua capacidade organizativa e de interferência nas políticas de saúde no país, inexistem trabalhos histórico-historiográficos sobre a mesma na Bahia e na cidade. A pesquisa busca responder quais os motivos dessa escolha pelo público infantil, quem eram os agentes que prestavam a assistência e como ela se engajou nos trabalhos assistenciais já desenvolvidos na cidade, como foi a Santa Casa de Misericórdia, fundada na cidade em 1915 e que já tinha um hospital de caráter caritativo-filantrópico em funcionamento no período. Os boletins da Legião Brasileira de Assistência na Bahia, que circularam entre 1948 e 1949, é a documentação principal para responder algumas questões, como por exemplo se houve a participação voluntária feminina na cidade como legionárias, característica marcante da LBA, e quais foram os papéis atribuídos a mulheres e homens nessa organização. A proteção à maternidade e à infância, com base no conhecimento médico-científico, tornaram-se uma das questões sociais mais importantes para o Estado, que precisava controlar a natalidade e forjar força de trabalho forte e sadia para a estruturação de um modelo econômico capitalista cada vez mais profundo no país, com o Estado atuando na formação e disponibilidade da classe trabalhadora para o trabalho. Conquista não fugiu à regra, quando passou a compor, junto a outros municípios, a rede de funcionamento da LBA na Bahia e no Brasil, com interferência legitimada pelo Estado dos médicos no cuidado materno-infantil e com forte ideologia patriarcal, de controle e domínio sobre mulheres e crianças.

Palavras chave: Maternidade, Saúde, Bahia.

NEOCONSERVADORISMO E A SOCIABILIDADE JURÍDICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS DE LEI DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA (2014-2019)

Luzia Beatriz Ramos Alves

Discente de Graduação – História-Uesb

Márcia Santos Lemos

Professora do Departamento de História- Uesb

O fenômeno do Neoconservadorismo tem se apresentado em diferentes países do mundo, mas com especificidades na região da América Latina, especialmente quando se trata de Brasil nos últimos ciclos de governos democrático-populares e da guinada à extrema-direita com políticas ultraliberais. Eivada de ataques à agenda da igualdade de gênero, da diversidade sexual e dos direitos reprodutivos das mulheres, esta reação neoconservadora se apresenta também na institucionalidade, no lócus formal da sociabilidade jurídica, os Projetos de Leis (PLs). Dentre algumas características do fenômeno estão as alianças e afinidades entre diferentes setores conservadores, sobretudo do religioso, católicos e evangélicos; juridicização da moralidade; erosão da democracia; fenômeno transnacional; por fim, o elo entre neoconservadorismo e neoliberalismo com a defesa da família. O presente trabalho centraliza sua investigação nas manifestações do fenômeno neoconservador, articulado ao neoliberalismo, na realidade política brasileira, a partir dos Projetos de Lei tramitados na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA). Para a definição do *corpus* da pesquisa foram selecionados os Projetos de Lei tramitados na ALBA entre 2014 a 2019. Esta pesquisa objetiva contribuir para a construção de uma compreensão sólida do processo socioistórico, que implica em pensar como classe, gênero, raça e sexualidade se consubstanciam, numa conjuntura de capitalismo financeirizado e depreciação das políticas de reconhecimento das minorias de direito e reparação social. Localizada na periferia global do capitalismo, a América Latina, tem sido alvo do recrudescimento do conservadorismo, orientado por grupos religiosos – católicos e neopentecostais – aliados aos setores não religiosos da direita. São frações da burguesia ligadas ao agronegócio e comércio de armas, que se encontram representadas no legislativo federal associadas também à política neoliberal. A presente pesquisa se insere no âmbito da História Social, essencialmente sob a perspectiva marxista. Dessa forma, utiliza as categorias do Materialismo Histórico e Dialético, bem como do

seu método de compreensão da realidade. Nesta perspectiva, esta comunicação pretende articular algumas categorias-chaves como gênero, neoliberalismo, neoconservadorismo e ideologia para investigar como a política institucional e os papéis sociais de gênero estão dialeticamente imbricados numa totalidade complexa, saturada de determinações socioeconômicas e políticas, historicamente localizada. Dentre as questões iniciais levantadas, o trabalho prima por entender como o posicionamento político de frações da direita brasileira, que se reconfigurou e apresenta sua ideologia a partir da tônica da moral burguesa cristã – se expressa nos PLs, opõe-se ou coopta as pautas feministas e a luta em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Neoconservadorismo; projetos de lei; direito.

O USO DA TERRA SOB A ÓTICA DAS RELAÇÕES NÃO-CAPITALISTAS: A TERRA COMO REPRODUÇÃO DA VIDA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Gerusa Martins da Silva

Discente do curso de História – Uesb
Mestranda em Geografia pelo PPGGEO-UFRRJ

Jéssica Martins da Silva

Graduanda em Teatro-UESB
Mestranda em Geografia pelo POSGEO-UFBA

O trabalho é o elemento necessário à existência humana, mas com o avanço da sociedade, se constitui como mercadoria, como valor de troca. Embasada nas concepções Marxianas, o capital se consolida por meio da extração da mais-valia através da exploração do trabalhador. O período escravocrata foi marcado pelo trabalho escravo, violência, opressão. O negro era considerado mercadoria, com o advento da abolição o negro se torna livre, mas sob o domínio do capital, sendo obrigado a vender a sua força de trabalho como forma de sobrevivência. Os quilombos surgiram como lugar de refúgio para os negros que fugiam das senzalas. Mesmo após a abolição, os quilombos resistem e se constituem como rememoração do passado, mas sobretudo como representação das lutas políticas contra as adversidades do capital. A terra se torna mercadoria com a Lei de Terras, impossibilitando a aquisição pelos escravos libertos, artesãos e camponeses pobres. A terra, como propriedade privada, tem a função de expandir o território do capital, em contrapartida, expropriar e subordinar o campesinato (STÉDILE, 2011). O uso da terra para os capitalistas e latifundiários está relacionado à extração da renda da terra através da exploração

do trabalho e expropriação camponesa. A inserção do capital amplia as contradições e desigualdades entre os sujeitos (MARX; 2017). Diante dessas considerações, a proposta deste trabalho é refletir sobre o uso da terra sob a ótica quilombola, que representa a autonomia, liberdade, mas sobretudo, a reprodução da vida. Com os atrativos da vida cotidiana, permeada pela modernidade, as relações no campo não se mantêm da mesma forma, se modificam à medida que o capital se apropria do espaço agrário, através da subalternização do campesinato em função da expansão do capital. A concentração fundiária é um problema recorrente que tem resultado na subordinação ao capital e na expropriação camponesa. No entanto, Shanin (2008) pontua que o camponês dispõe de mecanismos necessários como formas de resistir e se recriar no movimento contrário do capital.

Palavras-chave: Capital; Campesinato; Quilombola.

O GRANDE SERTÃO: VEREDAS ENTRE O SINGULAR E O PARTICULAR: A IMANÊNCIA DO ESPAÇO POR MEIO DAS CATEGORIAS DA ESTÉTICA

Jéssica Martins da Silva

Graduação em Geografia-UESB

Mestranda em Geografia no programa de pós Graduação POSGEO-UFBA

A arte é social, portanto reflete a realidade objetiva. Por meio do seu caráter antropomórfico ela relança o ser humano a um maior grau de humanidade. Nesse sentido, consideramos a literatura importante para os estudos científicos. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a imanência do espaço entre as categorias singular-particular-universal por meio do sertão representado na literatura Grande Sertão: Veredas. Santos (2017), embasado nas concepções Lukacsianas, aborda que essas categorias são um reflexo da realidade em sua totalidade. Nesse sentido, o Grande Sertão: Veredas retrata questões universais, inerente ao ser humano ao mesmo tempo em que apresenta um sertão dentro da sua totalidade, que é construído junto a modernidade. Assim, é possível perceber o sertão como uma particularidade que medeia as singularidades daquele espaço e dos sujeitos que estão presente nele; e a universalidade, por meio das determinações externas e da lógica capitalista de produção que também constrói esse espaço. Assim como aborda Smith (1988), na lógica capitalista, o desenvolvimento acontece de forma desigual e combinada, sendo assim, o sertão também é construído diante dessa lógica de

“desenvolvimento” desigual. Acreditamos que é possível entender essa aproximação da realidade por meio da obra Grande Sertão: Veredas, que é considerada mais que uma releitura regionalista, pois, por meio de sua estética ela apresenta o reflexo dessas discussões. Marx e Engels não dedicaram seus estudos especialmente a arte, no entanto, autores como Lukacs, Walter Benjamin, dentre outros, debatem sobre o campo estético, embasados nas concepções marxianas. Tais abordagens fundamentam-se no materialismo histórico dialético, pois, concordamos com Marx e Engels ao criticar o idealismo Alemão, logo após o materialismo de Feuerbach, e fundamentar que o pensamento, e as reflexões partem da realidade objetiva, já que o pensamento é fruto de múltiplas determinações. Nesse sentido, assim como explica Santos, as categorias da estética (singular-universal-particular) são uma aproximação da realidade objetiva, e por meio delas é possível interpretar essa realidade histórica que não estática. Portanto, acreditamos também que a arte, em especial a literatura pode ser um prisma pela qual a ciência reflete a realidade objetiva, no caso aqui estudado, a obra Grande Sertão: Veredas pode ser essa ótica para a ciência Geográfica.

Palavras-Chave: Singular-Particular-Universal, Literatura, Totalidade.

OS INTELLECTUAIS CRISTÃOS E A SUA ATUAÇÃO NO II CONCÍLIO DE BRAGA (572) A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE GRAMSCI

Vitor Moraes Guimarães

Mestre em Letras: Cultura, Educação e Linguagem – Uesb
Especialização em História: Política, Cultura e Sociedade-Uesb
Licenciado em História - Uesb

O cristianismo, a partir do século IV, tornou-se o credo oficial do Estado Romano. A Igreja Cristã expandiu-se pelo Ocidente chegando até a Hispânia, região onde se instalou o reino Suevo no ano de 411. Durante a instalação dos reinos germânicos, para além de atuar no cotidiano, o clero buscou definir a ortodoxia cristã, fixar cânones e regular a hierarquia eclesiástica a partir das discussões realizadas nos concílios. Os bispos, neste contexto, tornaram-se autoridades reconhecidas em seus locais de atuação e desempenharam papel central no fortalecimento da Igreja e na organização dos reinos que se fixaram na região a partir do século V. A Igreja, durante a instalação dos reinos germânicos, para além de atuar no cotidiano buscava definir a ortodoxia cristã, fixar cânones e regular a hierarquia eclesiástica a partir das discussões realizadas nos concílios.

Estes se constituíram em importantes espaços de superação das heresias e tinham como objetivo disciplinar a comunidade cristã e o clero. Nessa comunicação, propomos demonstrar o processo de construção dos bispos no Reino Suevo como intelectuais, responsáveis pela organização da Igreja cristã. Verificamos a partir dos concílios, reuniões marcadas como o lugar do conflito, evidenciam o trabalho de organização e divulgação da nova fé pelos intelectuais orgânicos da Igreja, que implicava em combater as práticas pagãs e superar as dissidências internas. Assim escolhemos inicialmente perscrutar o conceito da categoria de intelectuais, associado aos bispos hispânicos do século VI. Esse estudo foi realizado tomando como premissa as categorias conceituais de Gramsci sobre intelectuais orgânicos e a organização da cultura. Para verificar o proposto, analisamos o II concílio de Braga, reunião ocorrida em 572, presidida pelo bispo Martinho de Braga, na qual marca um ponto crucial na história do reino e na organização da Igreja.

Palavras-chave: Igreja cristã. Intelectuais. Gramsci.

LEGITIMAÇÃO RÉGIA NA WESSEX DO SÉCULO IX: AS VIRTUDES ALFREDIANAS NA *CRÔNICA ANGLO-SAXÔNICA* E *VIDA DE ALFRED, O GRANDE*

Breno Silva Teixeira

Discente do curso de História – Uesb

O presente trabalho tem por objetivo analisar a construção da imagem do rei Alfred de Wessex, por meio das principais fontes cronísticas produzidas durante o seu reinado: o recorte alfrediano (888-900) da *Crônica Anglo-Saxônica*, que foi escrito por diversos autores; e a *Vida de Alfred, o Grande*, escrita pelo padre John Asser. As crônicas na Idade Média são resultado das relações sociais e carregam a intencionalidade do autor em exaltar os feitos da aristocracia. Nesse sentido, essas fontes atribuem à Alfred a figura do rei ideal, calcada em três virtudes essenciais para um monarca anglo-saxão. O rei guerreiro, que além de ser um exemplo no campo de batalha é capaz de proteger o seu povo das ameaças externas, protagonizadas pelos daneses, que também eram referenciados como pagãos. A segunda virtude, a do rei cristão, implicava numa vida de devoção religiosa, que promovia construções de templos, doações em dinheiro para os mosteiros e mantinha uma boa relação com o papa. A terceira virtude se refere ao rei intelectual, que desde a infância teve contato com a poesia e a erudição, resultando em um reinado que promovia o ensino da língua vernácula, traduzia obras filosóficas latinas e tomava as melhores decisões para beneficiar o reino. As duas fontes tiveram uma circulação mais circunscrita à corte de Wessex, reinos

vizinhos e monastérios anglo-saxões, e mesmo sendo de gêneros literários diferentes, compartilhavam o mesmo eixo narrativo: as ações de Alfred na batalha dos anglo-saxões contra os povos daneses. A análise imanente das fontes permite a compreensão da necessidade de legitimação do poder régio como uma forma de garantir a governabilidade do monarca. A ideologia, entendida como as ideias dominantes de uma classe dominante em um determinado período histórico e sociedade, foi utilizada para construir uma falsa consciência da realidade que atuou no sentido de legitimar a permanência de Alfred como rei de Wessex.

Palavras-chave: Anglo-saxônia medieval; Crônicas alfredianas; Legitimidade régia;

A CATEGORIA GÊNERO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA SOBRE AS MULHERES MEDIEVAIS IBÉRICAS NOS SÉCULOS XII E XIII

Maila da Silva Gomes Aguiar

Discente de Graduação – História/Uesb

O campo da História das Mulheres é recente na historiografia, característica que se expande para os estudos sobre as mulheres medievais, principalmente em territórios não-europeus e distantes dos principais acervos de fontes. Também se observa que o Materialismo Histórico-Dialético também é pouco empregado por pesquisadores e pesquisadoras medievalistas brasileiros/as. No sentido de verificar estas premissas, a presente pesquisa buscou fazer um levantamento e estudo da produção acadêmica no Brasil, entre os anos 2000 e 2021, sobre as mulheres na Baixa Idade Média, no recorte temporal dos séculos XII e XIII, na Península Ibérica. O levantamento foi feito a partir de teses de doutorado e dissertações de mestrado disponíveis nos bancos de dados dos Programas de Pós-graduação *scripto sensu* em História e no Catálogo de Teses da Capes. Foi realizado o levantamento de todos os Programas, por meio do Relatório de Avaliação Quadrienal da Capes do ano de 2017, em seguida separou-se a produção por região e aplicou-se um conjunto de palavras-chave para selecionar o material específico sobre o tema desta pesquisa. Por meio desse levantamento foi possível identificar seis dissertações e uma tese, no recorte temporal e espacial definido. O estudo dessas produções consiste em identificar com as categorias mulheres, gênero e patriarcado são abordadas. Neste trabalho, será analisado como o gênero é apresentado pelos/as autores/as, e de forma geral como essa

categoria se situa na produção acadêmica brasileira sobre o período medieval ibérico. Esta pesquisa é orientada pelo referencial da epistemologia feminista balizada pela teoria social marxista.

Palavras-chave: Mulheres Medievais; Produção Acadêmica; Gênero.

AS MULHERES NA ALTA IDADE MÉDIA: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO

Claudenia dos Santos Ferraz

Discente do curso de História – Uesb

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Santos Lemos

A história das mulheres é uma área do conhecimento que foi por muito tempo negligenciado pela historiografia tradicional que privilegiava os “grandes homens” e seus “grandes feitos”, expressão da própria sociedade, na qual esse conhecimento era produzido, cindida por desigualdades e opressões. Em vista disso, às mulheres era atribuída uma suposta condição de inferioridade e, portanto concebidas como figuras secundárias restritas ao âmbito doméstico e sem contribuições para a História. Não obstante, as estruturas de desigualdade e opressão ainda se manifestem, sendo repercussões das relações patriarcais de gênero, a compreensão das contradições que compõem essa totalidade, possibilita a emergência dos movimentos de reação à realidade concreta, que permeiam o mundo acadêmico reivindicando a presença das mulheres na História e, por conseguinte na historiografia. Nesta perspectiva, a partir de levantamento e estudo crítico da historiografia produzida no Brasil sobre as mulheres na Alta Idade Média, entre os anos 2000 a 2021, buscamos identificar as abordagens teóricas, a tipologia das fontes, temáticas e categorias conceituais, tendo como objetivo mapear o estado da questão na produção brasileira e contribuir com o debate contemporâneo sobre o regime patriarcal, tendo como referência a teoria social marxista. A pesquisa selecionou teses e dissertações disponíveis nos bancos de dados dos Programas de Pós-graduação *scripto sensu* em História e no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Com base na análise crítica dos trabalhos encontrados, conseguimos fazer um mapeamento da produção historiográfica brasileira sobre a temática das Mulheres na Alta Idade Média e verificar as lacunas existentes que apontam margens para novas pesquisas partindo do que já foi produzido. Portanto, pretendemos avançar nas pesquisas que evidenciem a complexidade inerente a esse longo espaço temporal que compreende a Idade Média, analisando a atuação das mulheres nesse

período como sujeitos sociais ativos, portanto, adentrando uma área do conhecimento histórico ainda pouco pesquisada no Brasil.

Palavras-Chave: Alta Idade Média; Historiografia Brasileira; História das Mulheres.

Mapa das salas

16 de novembro, quarta-feira

16 de novembro	Auditório Mód. IV	Auditório I do Luizão	Auditório II do Luizão
10 ÀS 12 HORAS MINICURSOS/OFICINA	História Indígena e do Indigenismo na Bahia: Entre Pesquisas, Saberes e Afeto	Cinema, História da África e Ensino de História: Problematizações Teóricas e Pedagógicas	Literatura Fala de História: O uso de Ariano Suassuna, Jorge Amado e José Lins do Rego no Ensino de História
14 ÀS 17 HORAS	SEMINÁRIO DE ESTÁGIO – AUDITÓRIO I, MÓDULO LUIZÃO		
17 ÀS 19 HORAS	FOYER DO TEATRO GLAUBER ROCHA		
19 ÀS 22 HORAS MESA REDONDA	TEATRO GLAUBER ROCHA		

17 de novembro, quinta-feira

17 de novembro	Auditório do CAP	Auditório Mód. IV	Auditório I do Luizão	Auditório II do Luizão	Sala 15, Módulo Luizão	Sala do NEPAAD, Módulo Amélia Barreto
MINICURSOS/OFICINA	Marxismo e Teoria da História <u>9 às 12 hs</u>	História Indígena e do Indigenismo na Bahia: Entre Pesquisas, Saberes e Afeto <u>10 às 12 hs</u>	Cinema, História da África e Ensino de História: Problematizações Teóricas e Pedagógicas <u>10 às 12 hs</u>	Literatura Fala de História: O uso de Ariano Suassuna, Jorge Amado e José Lins do Rego no Ensino de História <u>10 às 12 hs</u>	Aula Histórica: Espaço e Interação, Experimentação e Pesquisa na Educação Básica <u>9 às 12 hs</u>	Introdução ao Pensamento de Marx <u>9 às 12 hs</u>
14 ÀS 17 HORAS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	Auditório I Luizão Mundo Atlântico Ibérico: Religião, Economia, Sociabilidade e Ensino de História	Auditório II Luizão Historiografia e Ensino da Antiguidade e do Medievo	Auditório Mód. IV Sertões, Circularidade Culturais, Trajetórias e Escravidão na América Portuguesa do Século XVI ao XIX	SALA 01 Mód. II Imperialismo, Nacionalismos e lutas de classes	SALA 02 Mód. II Pesquisa no Campo do Ensino de História: A Produção do LAPEH	SALA 03 Mód. II História e Marxismo
17 ÀS 19 HORAS	FOYER DO TEATRO GLAUBER ROCHA					
19 ÀS 22 HORAS MESA REDONDA	TEATRO GLAUBER ROCHA					

18 de novembro, sexta-feira

MINICURSOS/OFICINA	Auditório do CAP	Auditório Mód. IV	Auditório I do Luizão	Auditório II do Luizão	Sala 14, Módulo Luizão	Sala do NEPAAD, Módulo Amélia Barreto
	Marxismo e Teoria da História <u>9 às 12 hs</u>	História Indígena e do Indigenismo na Bahia: Entre Pesquisas, Saberes e Afeto <u>10 às 12 hs</u>	Cinema, História da África e Ensino de História: Problematizações Teóricas e Pedagógicas <u>10 às 12 hs</u>	Literatura Fala de História: O uso de Ariano Suassuna, Jorge Amado e José Lins do Rego no Ensino de História <u>10 às 12 hs</u>	Aula Histórica: Espaço e Interação, Experimentação e Pesquisa na Educação Básica <u>9 às 12 hs</u>	Introdução ao Pensamento de Marx <u>9 às 12 hs</u>
14 ÀS 17 HORAS SIMPÓSIOS TEMÁTICOS	Auditório I Luizão Mundo Atlântico Ibérico: Religião, Economia, Sociabilidade e Ensino de História	Auditório II Luizão Historiografia e Ensino da Antiguidade e do Medievo	Auditório Mód. IV Sertões, Circularidade Culturais, Trajetórias e Escravidão na América Portuguesa do Século XVI ao XIX	SALA 01 Mód. II Imperialismo, Nacionalismos e lutas de classes	SALA 02 Mód. II Pesquisa no Campo do Ensino de História: A Produção do LAPEH	SALA 03 Mód. II História e Marxismo
17 ÀS 19H	FOYER DO TEATRO GLAUBER ROCHA					
19 ÀS 22 HORAS MESA REDONDA	TEATRO GLAUBER ROCHA					